

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Profissional em Educação**

**Rachel Bragança de Carvalho Mota**

**ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Ideb)**

**2017: fonte de informação para pesquisas em Biblioteca escolar e de acesso à Internet  
nas escolas públicas da rede estadual de Montes Claros**

**Diamantina**

**2019**



**Rachel Bragança de Carvalho Mota**

**ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Ideb)  
2017: fonte de informação para pesquisas em Biblioteca escolar e de acesso à Internet  
nas escolas públicas da rede estadual de Montes Claros**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Educação e Gestão de Instituições Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Magalhães.

**Diamantina**

**2019**

**Ficha Catalográfica – Bibliotecária Rachel Bragança de Carvalho Mota, CRB-6/2838.**

M917a Mota, Rachel Bragança de Carvalho.  
2019

Análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017: fonte de informação para pesquisas em biblioteca escolar e de acesso à internet nas escolas públicas da rede estadual de Montes Claros / Rachel Bragança de Carvalho Mota. – Diamantina, 2019.  
75 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

Inclui referências.

1. Bibliotecas escolares. 2. Indicadores sociais. 3. Internet. I. Magalhães, Antônio de Pádua. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

CDD: 027.8

RACHEL BRAGANÇA DE CARVALHO MOTA

**ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
(Ideb) 2017: fonte de informação para pesquisas em Biblioteca  
escolar e de acesso à Internet nas escolas públicas da rede  
estadual de Montes Claros**

Dissertação apresentada ao  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO, nível de  
MESTRADO como parte dos requisitos  
para obtenção do título de MESTRA  
EM EDUCAÇÃO

Orientador (a): Prof. Dr. Antônio De  
Pádua Magalhães

Data da aprovação : 18/02/2019

  
Prof. Dr. ANTÔNIO DE PÁDUA MAGALHÃES - UFVJM

  
Prof. Dr. AMEDIS GERMANO DOS SANTOS - UFVJM

  
Prof. Dr. LUCELINDO DIAS FERREIRA JUNIOR - UFC

DIAMANTINA



*Dedico ao meu pai Edvar (inmemorian) e à  
minha mãe Laura.*



## AGRADECIMENTOS

À Deus pela inspiração e a coragem de continuar, porque tudo é do pai.

À UFVJM pela oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento.

Ao meu orientador Antônio de Pádua Magalhães pela confiança e cooperação nessa caminhada.

Ao professor Amédís Germano que passou muitas ponderações valiosas nesse processo de Seminários, CONED e defesa.

Ao professor Giovanni Campos Fonseca e sua esposa Rose Barbosa pelas sugestões e dados disponibilizados das escolas.

Aos amigos Ruleandson do Carmo, Carlos Alexandre, Vânia Soares Rodrigues e Pauliane Romano pelas revisões e ponderações.

À UFMG pela oportunidade de qualificação, minha eterna gratidão por ter sido discente e atualmente Bibliotecária.

À Unimontes e aos professores Laurindo Mékie, Roseli, Andréa Narciso e Felisa.

Às minhas amigas bibliotecárias Sônia Miranda, Maria Angela, Orfila, Fernanda e Diemy.

Aos meus colegas de trabalho Nádia, Gracirlei (Grace), Josiel, Edélzia, Felipe, Luiz Augusto, Naza, Josianne, Marluvia, Warlen, Aroldo, Fernanda e Adilson.

Aos colegas de mestrado pela acolhida e troca de experiências nas pessoas de Heliton, Edmara, Emannelito, Artur, Lucas, Bárbara, Patrícia, Thamara; e em especial, aos colegas Rodrigo, Djacomo e Wadington que ajudaram com logística de documentos em Diamantina e Teófilo Otoni.

Às minhas irmãs Nivaldinha, Edwalda e Esmeralda pelo exemplo e amizade.

À minha tia Joana, à tia Laura e a Nivaldinha pela ajuda financeira no início de tudo, foram as precursoras no “bolsa família”.

Aos meus sobrinhos Gabriel, João Miguel, Gabriela, Marina, Sophia, Giovana, Milena e Pablo.

Aos meus irmãos Daniel, Davi e Pedro pelo carinho e amizade.

À minha mãe Laura e ao meu pai Edvar (in memoriam) por serem os primeiros a acreditar em minha educação e na beleza de serem meus pais.

Ao meu esposo Cláudio por acreditar junto comigo e à minha filha Clarice.

Meu muito obrigada!



“Tenho em mim todos os sonhos do mundo”.

(PESSOA, 1951)

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

(BRASIL, 1988, art. 205)



## RESUMO

Em setembro do ano de 2000, o Ministério da Ciência e Tecnologia lançou o livro Sociedade da informação e comunicação no Brasil: livro verde, com o objetivo de implantar o Programa Sociedade da Informação (ProInfo), estabelecendo um apanhado de possíveis aplicações de tecnologias da informação, abarcando todas as esferas das escolas, e com o Governo assumindo o papel de incentivador à universalização do acesso e uso dos meios eletrônicos de informação. Além disso, foi elaborada a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país, que estabelece que tanto o ensino público quanto o privado contarão com bibliotecas. Nesse contexto, este estudo objetiva, por meio de pesquisa qualitativa, descritiva e histórico-cultural, evidenciar as políticas governamentais brasileiras e seus avanços em relação às políticas de universalização de acesso à internet e do acesso às bibliotecas escolares, e para isso utilizará o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do Censo escolar 2017, o qual é um importante indicador educacional na classificação de indicadores sociais, englobando a área temática da realidade social. Conclui que o Censo escolar do INEP no que abrange a nota do ideb demonstrou um rendimento das escolas estaduais igual nos anos iniciais do ensino fundamental e inferior nos anos finais do ensino fundamental ao que foi projetado de 6,0 em âmbito Nacional. Medidas tal como a Portaria Nº 503, de 11 de junho de 2018 que visa regulamentar as atividades da Verificação in loco do Censo Escolar poderão diagnosticar situações de falta de adequação ou subutilização dos espaços de aprendizagem e equipamentos.

**Palavras-chave:** Ideb. Internet. Biblioteca escolar. Proinfo.



## ABSTRACT

In september 2000, Brazil's Ministry of Science and Technology launched the book *Sociedade da informação e comunicação no Brasil: livro verde* ("Society of information and communication in Brazil: green book", in a loose translation), in order to implement the Society of Information Program (ProInfo), providing this way a set of potential applicabilities of information technologies that embrace all fields of schools. The government role was to forward the universalization of the access to information electronic devices. Besides that, on may 24th 2010, was created the Law #12.244/2010, which aims the universalization of libraries in Brazil's education institutions and sets the provision of this equipment in both public and private school networks. With this in mind, the purpose of this this study is to demonstrate through qualitative, quantitative, historical and cultural exploration, the brazilian public policies and it's strides concerned to universalization of internet and school libraries. Therefore, this research turns to Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb (Elementary Education Development Index, in a loose translation), a relevant pedagogical metrics when it comes to social indicators cornfield, which embraces the country's social reality. As an outcome, this work sustain that INEP school census, with regard to Ideb score achieved by state schools, has shown the following results: (i) in relation to the first years of elementary school, the mentioned institutions achieved classification of 6,0 (forecasted national level value); (ii) with respect to final years of elementary school, this institutions scored below 6,0. Policies such as the Education Ministerial Ordinance N° 503, from july 11th 2018, which aims to rule the on-site visits of School Census, can diagnose situations such as lack of appropriateness or underutilization of equipments and learning spaces.

Keywords: Ideb. Internet. School libraries. Proinfo.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Investimento Total em P&D: OCDE e Brasil (% PIB) .....	26
Quadro 1 – Experiências com computadores no Brasil parceria universidades e Governo Federal (1973-1985) .....	29
Quadro 2 – Descrição dos projetos e atividades por universidade .....	30
Quadro 3 – Experiências com computadores no Brasil ações MEC/ Governo Federal (1986-1992) .....	31
Quadro 4 – O que foi planejado e executado pelo Proinfo até 2002 .....	33
Quadro 5 – Equipamentos instalados no ano de 2012.....	34
Quadro 6 – Pessoas atendidas pelos programas em 2012.....	35
Figura 1 – Eixo sugerido pelo Caderno de boas práticas em Bibliotecas escolares do Governo de Minas Gerais .....	41
Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos de idade, por sexo – Brasil 2007-2015 .....	43
Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil 2007/2015.....	44
Mapa 1 – IVS Infraestrutura Urbana (2010).....	49
Mapa 2 – IVS capital humano .....	50
Figura 2 – Site do INEP – Ideb localização escolar .....	52
Figura 3 – Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade .....	57
Figura 4 – Ideb / Resultados e metas (4º série/ 5º ano) de Montes Claros/ MG.....	57
Figura 5 – Ideb / Resultados e metas (8º série/ 9º ano) de Montes Claros/ MG.....	58



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolas do ensino fundamental em Montes Claros (MG) .....	53
Tabela 2 – Escolas do ensino médio em Montes Claros (MG) .....	54
Tabela 3 – Campos escolhidos para pesquisa entre os espaços de aprendizagens e equipamentos – dados do Inep / Ideb .....	55
Tabela 4 – Número de Matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Tempo Integral (Turmas Presenciais) e Parcial de Montes Claros/ MG no ano de 2017. ....	58
Tabela 5 – Número de Matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Ensino Regular e/ou Especial, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa do ano de 2017 .....	59



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BE	Biblioteca Escolar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Inaf	Indicador de Alfabetismo Funcional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
Proinfo	Programa Nacional de Informática na Educação
PRONINFE	Programa Nacional de Informática Educativa
ProUCA	Programa Um Computador por Aluno
SRE	Superintendência Regional de Ensino
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>BIBLIOTECA, CULTURA E INFORMAÇÃO</b> .....	15
2.1	O livro e as bibliotecas .....	17
2.1.1	O livro.....	17
2.1.2	As bibliotecas .....	18
<b>3</b>	<b>BREVE DISCUSSÃO DA INTERNET NO BRASIL: POLÍTICAS DE ACESSO</b> .....	25
3.1	Histórico de Tecnologia em Ciência e Informação no Brasil.....	27
3.2	Programa Sociedade da Informação (Proinfo) .....	32
<b>4</b>	<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) E ESCOLAS DA REGIÃO DE MONTES CLAROS</b> .....	36
4.1	Educação, escola e bibliotecas.....	39
<b>5</b>	<b>MONTES CLAROS: ESPAÇO AMOSTRAL E DE ESTUDO</b> .....	45
<b>6</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	51
6.1	Tipo e universo de pesquisa.....	51
6.2	Coleta e análise dos dados .....	52
<b>7</b>	<b>RESULTADOS DOS DADOS E DISCUSSÃO</b> .....	53
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>9</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	63
	Anexo A – Estabelecimentos de ensino Estaduais ativos segundo dependência administrativa (SRE) datado de 16 de agosto de 2018 .....	75

## 1 INTRODUÇÃO

O campo cultural vive condicionado a mudanças de paradigmas e para compreendê-lo faz-se necessário conhecer a História da Ciência e seus aspectos histórico-filosóficos. Para Alfonso-Goldfarb (1994), a História da Ciência, sem nunca abandonar o rigor filosófico e científico, pôde interagir com outras áreas de conhecimento, sem se transformar numa colcha de retalhos, o que a colocou num espaço independente para a crítica do conhecimento científico.

Atualmente, a biblioteca escolar, entre os diversos meios educativos, encontra-se como recurso indispensável para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e a formação da criança e do adolescente. De modo que, uma escola sem biblioteca é uma instituição incompleta, bem como uma biblioteca não orientada para um trabalho escolar dinâmico torna-se um instrumento estático e improdutivo dentro desse contexto (NERY *et al.*, 1998).

Briquet de Lemos (2005, p. 101) conceitua a biblioteca em três pré-requisitos, são eles:

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, é preciso que haja três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização; uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e, por último, mas não menos importante, o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

Por outro lado, em estudo realizado por Campello *et al.* (2011), foi constatado que, em relação às bibliotecas existentes, o documento de avaliação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) mostrou que em grande parte das escolas a chamada biblioteca era apenas uma sala de leitura ou um cantinho com livros, e o projeto arquitetônico dessas escolas dificilmente incluíam as bibliotecas.

Os livros e a leitura são coisas indissociáveis neste trabalho, porque estamos trabalhando com a leitura no campo do desenvolvimento cognitivo, visto que, nosso objeto é a educação. Báez (2006) relacionou o esquecimento e a fragilidade dos livros, no senso comum pode-se culpar a transitoriedade do suporte, exemplificado pelo papiro e hoje pode-se considerar o impresso. Mas, trazendo a luz uma importante reflexão mais temível e destrutiva: o desinteresse. Entre os gregos, no início, não havia muitas cópias de um único texto, de modo que era natural o texto ficar reservado a poucos leitores.

A Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, foi elaborada para a universalização das bibliotecas de ensino do país e estabelece que as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do país contarão com bibliotecas. Essa lei, no art. 2º, conceitua a biblioteca como: “[...] a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (BRASIL, 2010).

O estudo tem como objetivo geral analisar o impacto das políticas de universalização do acesso à internet e universalização do acesso às bibliotecas escolares e sua relação com o desempenho das escolas da rede pública estadual, conforme Índice de Desempenho da Educação Básica (Ideb). Possui objetivos específicos que visam: (i) identificar as escolas estaduais do município de Montes Claros (MG) dos anos iniciais e finais do ensino fundamental; (ii) verificar se as escolas analisadas disponibilizam acesso à internet e à biblioteca; e (iii) correlacionar as notas do Ideb com os espaços de aprendizagem e equipamentos.

Para isso, esta pesquisa utilizará pesquisa qualitativa, descritiva e a micro história cultural brasileira de 2000 a 2017, a fim de evidenciar as políticas governamentais brasileiras e seus avanços em caráter mais específico por meio de relatórios e documentos relacionados as tecnologias de internet no contexto de implementação de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas políticas públicas do Brasil.

A questão norteadora é dada: “As escolas estaduais de Montes Claros possuem acesso à biblioteca e à Internet e é observável um bom desempenho na avaliação da escola no Censo Escolar?”. Este estudo concentra-se no campo da Educação e Gestão de Instituições Educacionais, inserindo-se na linha de pesquisa Educação e Tecnologias aplicadas em Instituições Educacionais.

Segundo Lanzi (2011, p. 16), os avanços das TIC e a sociedade da informação criaram um cenário cultural, social e econômico absolutamente distinto para o século XXI. De modo que, o acesso à informação foi ampliado, mas exigiu-se aparato tecnológico para acessar, compreender e transformar a informação em conhecimento.

Nessa perspectiva, a linha escolhida para o estudo relaciona-se ao objeto da pesquisa, porque analisam aspectos que alicerçam questões da educação em interações com o uso de TIC aplicada na educação básica e de ensino fundamental, além de suas relações no contexto interno e externo das instituições, associadas às interações com as políticas educacionais, as tecnologias na gestão educacional e as análises dos resultados.

Platão (2004) acreditava que o conhecimento era algo imenso, ocasionando a impossibilidade de um homem dominar todos os ofícios. Hoje, paralelamente, pode se inferir, também, a impossibilidade de o homem dominar todos os campos da ciência. No entanto, para atenuar essa impossibilidade do homem, afirmada por Platão, as bibliotecas físicas e digitais são responsáveis pela disponibilização de informações em todos os campos da ciência, respeitando os seus tipos e suas especificidades. Ela é a união, em um mesmo espaço, de conhecimentos diversos e perpetuação de autores, desfazendo as distâncias físicas e temporais de gerações.

Desse modo, entende-se a biblioteca como um espaço social e de relações simbólicas. Essas relações são entendidas sob a perspectiva de um poder simbólico, abordado por Bourdieu, como questões de relações sociais da comunidade escolar até sua visibilidade regional (BOURDIEU, 1998).

Buckland (1991), professor da Escola de Estudos da Informação e Biblioteca na Universidade da Califórnia, acredita que entre outras características da informação, encontra-se, a representação da informação como evidência. Para o autor o termo ‘evidência’ é apropriado porque denota algo relacionado à compreensão. Algo que se encontrado e corretamente compreendido pode mudar um saber, uma crença, que diz respeito a um assunto. Cabe à biblioteca proporcionar parte desta mudança de saber, oferecendo informações para os indivíduos criarem associações cognitivas e aprimorarem ou construir novos saberes.

Esta dissertação será apresentada em oito seções: a segunda seção discorrerá sobre Biblioteca, cultura e informação; a terceira seção será uma breve discussão sobre a internet no Brasil e as políticas de acesso; a quarta seção apresentará o Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) e as escolas da região de Montes Claros; a quinta seção especificará sobre Montes Claros: espaço amostral e de estudo; na sexta seção tratará dos procedimentos Metodológicos, na sétima seção serão apresentados os Resultados dos dados e discussão e na oitava seção tratará das considerações finais. Esse modelo apresentado na pesquisa visa atender aos critérios metodológicos de apresentação formal da dissertação.

## 2 BIBLIOTECA, CULTURA E INFORMAÇÃO

Bourdieu (2004), em seus estudos, afirmou que todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura são objetos de análises com pretensões científicas. Há uma história da literatura, assim como da filosofia e da ciência, e em todos esses campos de estudo encontra-se a mesma oposição, o mesmo antagonismo, frequentemente, considerados como irredutíveis em suas interpretações.

Em linhas gerais, há aqueles que sustentam que para compreender a literatura ou a filosofia basta ler os textos. Essa perspectiva de texto automatizado floresceu na França com a semiologia e se propagou em todos os lugares do mundo com o denominado pós-modernismo.

O texto apropriou-se da roupagem de ser o alfa e o ômega e nada mais há para ser conhecido, quer se trate de um texto filosófico, de um código jurídico ou de um poema, a não ser a letra do texto (BOURDIEU, 2004). Pode-se analisar que essa concepção de texto foi incorporada em parte nas Tecnologias de Informação e Comunicação voltadas para a educação, deixando de lado, muitas vezes, o caráter de aprendizado nas relações físicas de espaço.

Frédéric Barbier (2008), arquivista-paleólogo, afirma que se entrou, desde o ano 1980 numa fase dominada por três fenômenos principais: a ligação *online*, a interconexão das máquinas e dos usuários (internet); a integração das técnicas e dos setores por meio da digitalização; e a generalização dos usos da informática em todos os domínios da sociedade.

Para Moran (2013), o avanço do mundo digital trouxe inúmeras possibilidades, ao mesmo tempo em que deixa indagações às instituições sobre o que manter, o que alterar e o que adotar. O autor afirma que não há respostas simples, pode-se ensinar e aprender de muitas formas, inclusive da forma convencional, mas observa que muitas novidades são reciclagens de técnicas já conhecidas.

Ainda segundo o mesmo autor:

Não temos certeza de que uso intensivo de tecnologias digitais se traduz em resultados muito expressivos. Vemos escolas com poucos recursos tecnológicos e bons resultados, assim como outras que se utilizam mais de tecnologias. E o contrário também acontece. Não são os recursos que definem a aprendizagem, são as pessoas, o projeto pedagógico, as interações, a gestão. Mas não há dúvida de que o mundo digital afeta todos os setores, as formas de produzir, de comunicar-se e de aprender (MORAN, 2013, p.11-12).

Bourdieu (2007) afirmou que Durkheim reconhece que a cultura restringe-se, então, à sua função de integração lógica e moral, produzindo com materiais significantes

próprios a classificação social que reparte os homens pela hierarquia. A sociedade-sujeito constitui, portanto, o fundo comum que articula o sistema social e o sistema lógico, tanto pela função que lhe atribui, como pela teoria do consenso aí implicada.

Para Bourdieu (2007), autores como Durkheim eliminam a problemática da dominação social. Essa reprodução cultural quanto reprodução social se configuram para a sociologia da educação, em seu objeto particular, quando se constitui como ciência das relações entre ambas as categorias de reprodução. O autor acrescentou que a reprodução cultural se configuraria no momento em que se reforça por estabelecer a contribuição que o sistema de ensino oferece com a reprodução da estrutura da distribuição do capital cultural entre as classes.

Todorov (1989) considera que,

Por um lado pertencemos todos a comunidades que praticam a mesma língua, habitam o mesmo território, possuem uma certa memória comum, tem os mesmos costumes (é nesse sentido que os antropólogos empregam a palavra “cultura”, fazendo sinônima de “etnia”; e por outro lado há comunidades que nos garantem direitos e nos impõem deveres. O que é ocultado, na verdade, é uma propriedade da estrutura e das condições da ordem social, correspondente a um estágio da divisão do trabalho que confere a cultura um papel inédito na integração das sociedades. Um modelo teórico das sequências históricas, contrastando dois tipos de estrutura, a sociedade tradicional agrária e da sociedade industrial, permite que se diferenciem as funções diversas atribuídas aos sistemas de comunicações e de emblemas que constituem as culturas: “a cultura reflete a estrutura – mas nem sempre da mesma forma (TODOROV, 1989 *apud* POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 46).

Berger (1976) acredita que somos induzidos a sanidade na infância por meio do “saber”, “reais”, “fatos”, ao nos localizarmos como sujeito “eu” em configurações concebidas por estranhos, constituindo assim um dos aspectos importantes daquilo que, talvez eufemisticamente, é chamado de “crescer”. Uma pessoa participa do mundo real dos adultos por possuir um endereço, o que ocasiona o abandono das aspas. A criança sadia é aquela que acredita no que está registrado em sua ficha escolar. O adulto normal é aquele que vive dentro das coordenadas que lhe foram atribuídas. (...). Aquilo a que se chama consenso geral é na verdade o mundo dos adultos aceitos.

Essas condições de cultura e estrutura perpassam as questões de representação do conhecimento social, de modo que estamos rodeados de símbolos de uma sociedade da informação que encapsula as questões de dominação dada pelo conceito de hemisfério Norte e Sul. O que nos remete aos espaços de poder institucionais, que condicionam seus sujeitos a escolas modeladoras de classes e não de emancipação dos sujeitos.

A verdadeira emancipação estaria em espaços de conhecimento que tornasse o sujeito em autor do processo e não paciente de informações ditas “importantes ou relevantes” em seu processo de apreensão do conhecimento. Esses espaços podem ser representados pelas bibliotecas públicas.

## 2.1 O livro e as bibliotecas

### 2.1.1 O livro

Barbier (2008, p. 17) afirmou que a pergunta: “O que é um livro?, para o senso comum, é uma falsa questão, mas se o livro é efetivamente um objeto usual e onipresente, sua evidência é envolvida num fabuloso manto de trevas. Através de uma análise etimológica temos o termo livro designando “um objeto constituído para um conjunto de folhas portando ou não um texto e reunidas por uma encadernação ou uma brochura”.

Para o Dicionário de Moreri<sup>1</sup>, “é um amontoado de várias folhas reunidas e sobre as quais há alguma coisa escrita” (BARBIER, 2008, p. 17). Na antiguidade, “o livro propriamente dito era um *volumen* (ou *rotulus*), ou seja, um rolo”. Para o autor o emprego dessa forma material revela-se de extrema importância (BARBIER, 2008, p. 33).

Observa-se que o *volumen* impunha uma prática de leitura complexa, sendo necessário desenrolar (*explicare*) e enrolar ao mesmo tempo, o que impedia, por exemplo, trabalhar simultaneamente sobre vários rolos ou tomar notas, impondo uma leitura seguida e impedindo a simples consulta. A leitura do *volumen*, em seu princípio, se assemelha com aquela praticada no computador, a tela corresponde a passagem do texto desenrolado sob os olhos do leitor (BARBIER, 2008).

Autores como Rocha e Roth (c2002), no livro “A história do livro”, direcionado ao público infante-juvenil, afirmam que o livro, como se conhece atualmente, em papel impresso apareceu no século XV, quando Johann Gutenberg inventou a prensa de tipos móveis. Afirmando que a invenção revolucionou a época, pelo simples fato de tornar o livro mais barato e democratizar seu acesso.

---

<sup>1</sup> MORERI, Le Grand dictionnaire historique, ou le Mélange curieux de l'histoire sacré et profane... 2<sup>ème</sup> éd. Paris: Coignard, 1725 *apud* BARBIER, Frédéric. *História do livro*. Tradução de Valdir Heitor Barzotto *et al.* São Paulo: Paulistana, 2008.

Todavia, McMurtrie (1997) afirmou que estudos documentam que a história da manufatura dos livros, assim como da imprensa no Extremo-Oriente, deve ser consideradas completamente independente das origens e do progresso da imprensa europeia, pois quase seis séculos antes, na China, o papel foi fabricado pela primeira vez, e também ali apareceram os primeiros livros impressos. Estes eram de impressão tabulária, isto é, livros impressos por meio de pranchas de madeira onde se tinham abertos o texto e as ilustrações. Nessa região, também foram feitos tipos móveis muito antes da invenção de Gutenberg.

A invenção da escrita está estreitamente ligada à organização das sociedades mais complexas, nas quais as necessidades administrativas e econômicas supunham uma perenidade da documentação, ultrapassando o estado da oralidade. Barbier (2008) afirma que estudos mostram que a escrita alfabética conferiu ao Ocidente sua forma lógica, pois ela combina três elementos: (1) possibilidade de emprego universal e eficiência (uma vez que o número de signos é muito limitado), fazendo com que a democracia fosse possível, pois cada um poderia facilmente aprender a ler; (2) abstração da lógica analítica sobre a qual a escrita se funda; e enfim, (3) a possibilidade de uma ampla difusão dos usos da escrita e a constituição de uma verdadeira cultura escrita. Com a generalização do alfabeto grego, a invenção da geometria e a instauração da democracia ateniense, a mudança se fez necessária nos séculos IV e III a.c., (BARBIER, 2008).

Entretanto, para Mollier (2009), a fase da dialética da democratização dos livros foi espaço privilegiado, e a sua discussão foi restrita a um pequeno grupo dentro da academia. A relação democratização e história ficou sem ser evidenciada para a sociedade, que recebia seus benefícios sem questionar a verdadeira intenção dessa revolução. A compreensão da história do livro e da edição foi campo de investigação erudita e reservada de um estreito círculo de pesquisadores ou de membros de academias.

### **2.1.2 As bibliotecas**

O termo biblioteca está relacionado diretamente aos livros. De origem grega (βιβλιοθήκη) designa o móvel que abriga livros, e, posteriormente, por extensão, o local onde eles são depositados. O modelo tradicional de bibliotecas, descrito por Marchiori (1997), nos remete a bibliotecas que tinham seu desenvolvimento e a manutenção de coleções próprias e internas orientadas pelas instituições mantedoras, sendo essa uma das várias maneiras possíveis de administrar e gerenciar recursos de informação (BARBIER, 2008, p. 18; MARCHIORI, 1997, [p. 2]).

A história das bibliotecas remete à função de instituições guardiãs e depositárias dos registros do conhecimento, o qual se proliferou baseado na ideia que a exaustividade das coleções permitiria melhor atendimento, pelo fato de o documento estar à mão quando usuário assim o demandasse, mesmo que nesse caso, a busca de informações e documentos fora do ambiente das bibliotecas dependesse de manuais, nem sempre atualizados e exaustivos, cujos mecanismos de recebimento e envio fossem extremamente morosos quando comparado aos dias atuais (MARCHIORI, 1997, [p.2]).

Barbier (2008) reconhecia que não se podia negar o uso da escrita, que relativamente era amplo no mundo da Antiguidade clássica, para a gestão e a administração, mas também para a literatura e a correspondência, entre outras. Percebe-se, assim, que a escrita, o livro e a biblioteca estavam atrelados, porque todos derivavam da ideia de alguma forma do suporte. Cavallo e Chartier (1998) afirmaram que era preciso insistir no fato de que na época helenística, mesmo que sejam documentadas formas de transmissão oral, o livro passa a desempenhar daí em diante um papel fundamental. Isto é, toda a literatura da época dependia agora da escrita e do livro: a esses instrumentos são confiados a composição, a circulação e a conservação das obras, que são ações próprias de qualquer biblioteca.

Os autores também pontuam que a Biblioteca de Alexandria, arquétipo das grandes bibliotecas helenísticas, passa a ser das bibliotecas contemporâneas. A filologia alexandrina, em suma, impõe o conceito de que uma obra<sup>2</sup> só existe se for escrita, da qual podemos nos apropriar graças ao livro que a conserva.

Segundo Fonseca (2007), no meado do século XVI, as primeiras bibliotecas brasileiras foram organizadas pelos jesuítas em seus colégios e inicialmente tinham um caráter privado, mas com o passar do tempo se tornou público. Atualmente, encontramos outras definições mais amplas para as bibliotecas, devido a sua abrangência e à diversidade de formatos de documentos.

Pinto e Brandão (2017) consideram a biblioteca como um polo difusor de leitura e de cultura para a sociedade e, para atingir esse objetivo, deve ser acessível a todos os usuários. Elas podem ser divididas em bibliotecas públicas, privadas, escolares, universitárias, comunitárias, prisionais e especializadas, a fim de exercer seu papel de disseminadora e fomentadora de informação, conhecimento e cultura, oportunizando meios para gerar conhecimento.

---

<sup>2</sup> Texto escrito (CAVALLO; CHARTIER, 1998).

Para Leitão (2005), um sistema de informação é complexo e com características bastante específicas, dependendo dos dados com os quais se opera, por exemplo : os museus, os arquivos, as bibliotecas e os centros de documentação. Quanto à administração, pode ser de ordem pública ou privada, e em relação ao acervo, pode ser de caráter corrente ou histórico.

Entretanto, quando se discute um sistema de informação, a premissa básica é que ele seja constituído de ferramentas para coleta, organização, armazenamento, processamento e disseminação de informação em diversas formas e suportes, independentemente de suas especificidades.

A sobrevivência da biblioteca, ou qualquer nome que venha apresentar, e o efetivo exercício de suas atividades dependem não somente de boas ideias sobre as mudanças apropriadas, mas de cuidadosa atenção sobre como essas mudanças serão efetuadas e gerenciadas. Tal mudança também se dará pela tomada de certos riscos calculados, identificando-se na tecnologia uma oportunidade para melhorar a qualidade das operações e dos produtos da biblioteca que, originalmente, não foram planejados, visando à eficiência, à qualidade, ao serviço orientado ao cliente e ao retorno de investimentos (MARCHIORI, 1997, [p. 1]).

Marchiori (1997, [p. 4]) afirma que:

Novos tipos de “mídia” estão aumentando sua presença nas bibliotecas, sendo o computador o mais conhecido. Ele é considerado como um recurso básico que permite que os usuários executem vários programas, assim como oferece a plataforma no uso de outros tipos de facilidade de acesso à informação (...)

As bibliotecas, assim como os livros, foram se modernizando, se adaptando “às novas tecnologias e sendo também moldadas às sociedades da sua época”. Observa-se que o campo cultural define também o caráter e o papel de ambos. Miranda (1980) afirmou que a biblioteca é beneficiária e vítima da infraestrutura geral da instituição na qual ela se insere, deixando de observar de forma holística a estrutura maior. Afirma também que, de forma geral, “nossas pequenas, mal aparelhadas e pobres bibliotecas existem porque algumas personalidades sentiram a necessidade de desenvolvê-las e apoiá-las como instrumento de apoio ao ensino e a pesquisa nas suas áreas de atuação”.

Segundo Carvalho (2017), frequentemente, as bibliotecas públicas e escolares, de uma forma geral, e em um contexto específico as bibliotecas escolares públicas, são organizadas por ações individuais ou por pequenos grupos e, posteriormente, são legitimadas, levando em conta a coletividade. Isso é dado pelos reflexos de historicidade do cotidiano,

pelas relações que os homens estabelecem entre si e pela forma de considerar as suas vivências. De modo que, o autor reconhece a biblioteca como o resultado de seu espaço e tempo, assim como as instituições refletem a cultura de suas cidades.

Zaninelli e Santos Neto (2017) discutem a necessidade de inovar os serviços e os produtos informacionais oferecidos atualmente pelas bibliotecas, buscando atender não apenas a necessidade de modernizar o ambiente físico, como também os serviços e produtos disponibilizados. Quanto ao atendimento é notório que caso os bibliotecários e os gestores das bibliotecas não se dinamizarem, usando a criatividade, poderão perder os usuários não apenas para as tecnologias de informação e comunicação (TIC), mas para ambientes mais atrativos e dinâmicos, como as livrarias, os cafés, os shoppings, entre outros.

Uma boa biblioteca, dificilmente, não fará uso de computadores e recursos básicos de TIC. De uma forma geral, elas gerenciam seus acervos com softwares pagos ou gratuitos, e algumas até já abandonaram o sistema de fichas na circulação, fazendo uso de tecnologias para gerenciar os empréstimos e devoluções.

Silva (2011), em seu artigo intitulado “Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10”, concluiu que as bibliotecas escolares foram construídas a partir e dentro da perspectiva da igreja católica para seus colégios jesuítas, inicialmente na Bahia e logo depois em outras capitanias. Contudo, os colégios jesuítas não foram os únicos a desenvolver atividades com a biblioteca escolar no Brasil. Verifica-se que outras ordens religiosas começam a chegar por aqui e introduzir seus colégios, buscando estruturar suas bibliotecas escolares com acervo adequado para seus usuários.

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para que os indivíduos sejam bem sucedidos na sociedade atual. O seu cerne é baseado na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem e a imaginação, lhes permitindo tornarem-se cidadãos responsáveis. A biblioteca escolar deve ser gerida tendo em vista uma política estruturada com clareza e planejada a partir de orientações as quais sejam efetivadas, atendendo as necessidades da escola, e assim refletir o seu *ethos*, as suas finalidades e os seus objetivos, tanto quanto a sua realidade (IFLA; UNESCO, 2002).

Silva, Biasuz e Morigi (2016) afirmam que a literatura configura a biblioteca como equipamento coletivo de práticas criativas e transversais por meio de experimentações tecnoestéticas. Problematizar o fenômeno tecnológico em equipamentos culturais como a biblioteca implica compreender as práticas informacionais como processos de produção de

subjetividade e os vínculos micropolíticos das ferramentas computacionais e redes de comunicação.

Mesmo diante de múltiplas finalidades, ainda é predominante a concepção de biblioteca como espaço físico destinado à guarda dos registros de conhecimentos e disseminação da informação. Criadas a partir da cultura impressa, as bibliotecas acompanharam as transformações tecnológicas, incorporando diversas ferramentas de comunicação e suportes informacionais, considerada repositório de Ciência, Tecnologia e Humanidades (SILVA; BIASUZ; MORIGI, 2016). Segundo o Ministério da Cultura,

“O Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL – foi instituído por meio da Portaria Interministerial Nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, pelos ministros da Cultura e da Educação. E, em 1º de setembro de 2011, foi instituído por meio do decreto Nº 7.559, firmado pela presidenta Dilma Rousseff. As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável.” (PLATAFORMA PROLIVRO, 2017).

Telles (1999, p. 165) afirma que os direitos, como luta e conquista,

significam também uma reinvenção do princípio republicano da coisa pública, o que, na situação brasileira, significa na verdade uma (re)criação da própria República, essa ficção que na nossa história nunca ganhou inteiramente o imaginário coletivo, nunca estruturou uma memória dos acontecimentos e nunca se efetivou como prática e valor político, numa quase-ausência que repõe o padrão oligárquico e patrimonialista de gestão da coisa pública.

Campello *et. al.* (2011), nesse sentido, com padrões sugeridos para as bibliotecas brasileiras, pressupõem que cada comunidade escolar compreenda e acolha a biblioteca como recurso de aprendizagem imerso na cultura da escola.

Diante do exposto, o referencial anteriormente descrito apontou as condições necessárias para que uma biblioteca escolar funcione como espaço de aprendizagem. Em síntese, seria considerada biblioteca escolar aquela que atendesse às seguintes condições:

- a) funcionar em sala de uso exclusivo; b) possuir coleção classificada; c) possuir coleção catalogada; d) fornecer serviço de consultas no local; e) ter serviço de empréstimo domiciliar; f) oferecer atividade de incentivo à leitura; g) ter serviço de orientação à pesquisa; h) contar com um funcionário responsável (CAMPELLO *et al.*, 2011, p. 109-110).

A Federação Internacional de Associação de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) é, atualmente, o principal órgão internacional que representa os interesses dos serviços de bibliotecas e informação e usuários. É a voz global da biblioteca e da profissão de informação. Foi fundada em Edimburgo, Escócia, em 30 de setembro de 1927, em uma conferência internacional.

Atualmente, a IFLA possui mais de 1.300 membros em aproximadamente 140 países ao redor do mundo. Foi registrada nos países baixos em 1971. A Biblioteca Real, Biblioteca Nacional dos países baixos, em Haia, fornece generosamente as instalações para a sede (IFLA, 2016).

A IFLA é uma organização independente, internacional, não governamental, sem fins lucrativos. Seus objetivos são:

- Promover elevados padrões de prestação de serviços de biblioteca e informação;
- Incentivar a compreensão generalizada do valor dos bons serviços de biblioteca e informação;
- Representar os interesses de nossos membros em todo o mundo;
- Valores fundamentais:
- O endosso dos princípios da liberdade de acesso à informação. Ideias e obras de imaginação e liberdade de expressão consagradas no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- A crença de que as pessoas, as comunidades e as organizações necessitam de um acesso universal e equitativo à informação, às ideias e às obras de imaginação para o seu bem-estar social, educacional, cultural, democrático e econômico;
- A convicção de que a prestação de serviços de bibliotecas e de informação de alta qualidade ajuda a garantir o compromisso de permitir que todos os membros da Federação se envolvam e beneficiem de suas atividades sem levar em conta a cidadania, a deficiência, a origem étnica, o gênero, a localização geográfica, a língua, a filosofia política, a raça ou a religião (IFLA, 2016, tradução nossa).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é uma agência especializada, que se ocupa de cooperação técnica a sua rede de parceiros por meio de acordos de cooperação, além de somar esforços com o governo brasileiro e com a sociedade civil em torno de objetivos comuns para o desenvolvimento do

país, alinhados aos objetivos estabelecidos pelos Estados-membros da UNESCO e das Nações Unidas (ONU) (UNESCO, 2017).

Os bibliotecários e profissionais da Ciência da formação não podem pensar bibliotecas escolares sem reconhecer a importância de agências como a IFLA, atualmente, o principal órgão internacional que representa os interesses dos serviços de bibliotecas e informação e usuários; e da UNESCO, mesmo não sendo uma agência financiadora, portanto, não patrocinando projetos e nem sendo agência certificadora. Elas são organizações intelectuais em sentido lato, que possui, em sua missão, valores éticos, com mandato específico e diversificado. Contudo, podem compartilhar ideias e princípios de um determinado projeto, evento ou atividade (IFLA, 2016; UNESCO, 2017).

### 3 BREVE DISCUSSÃO DA INTERNET NO BRASIL: POLÍTICAS DE ACESSO

As tecnologias digitais móveis desafiam as instituições a saírem do ensino tradicional, em que o professor é o centro, para uma aprendizagem mais participativa e integrada, com momentos presenciais e também atividades a distância, mantendo vínculos pessoais e afetivos, estando juntos e virtualmente. Pode-se utilizar uma parte do tempo de aprendizagem com outras formas de aulas, com orientação a distância. Não precisando resolver tudo dentro da sala de aula (MORAN, 2013).

Da Silva, Silva e Freire (2018) fizeram uma análise sobre políticas de informação, numa perspectiva do regime de informação no âmbito da inclusão digital ante os livros Verde e Branco<sup>3</sup>. No projeto para elaboração de estudo que gerou a publicação do livro Sociedade da Informação: Livro Verde, no ano 2000, cerca de 150 especialistas de todo o país se distribuíram, a convite, em Grupos de Trabalho orientados por Temas (Grupos Temáticos) e participaram regularmente de suas reuniões. Várias dessas pessoas se envolveram em diversos grupos, prestando apoio adicional ao Programa na articulação de trabalhos entre frentes paralelas de discussão. Por outro lado, ao longo de 13 meses de trabalho, o Programa se beneficiou de comentários técnicos, sugestões críticas, apoio técnico-administrativo e, até mesmo, de puro estímulo da parte de incontáveis pessoas no país e no exterior, em reuniões formais e informais, em conversas paralelas e via Internet.

No Brasil, em 2018, foi publicado um documento que representa uma agenda para a sociedade do futuro. Este documento é denominado “Estratégia brasileira para a transformação digital (E-Digital)”, e nada mais é que uma iniciativa da presidência realizada a partir de uma recomendação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em sua 46ª Reunião Plenária. Diante disso, a Presidência da República determinou que fosse elaborada até o final de 2017, uma proposta de estratégia de longo prazo para a economia digital. O resultado reflete também o amplo engajamento do setor produtivo, da comunidade

---

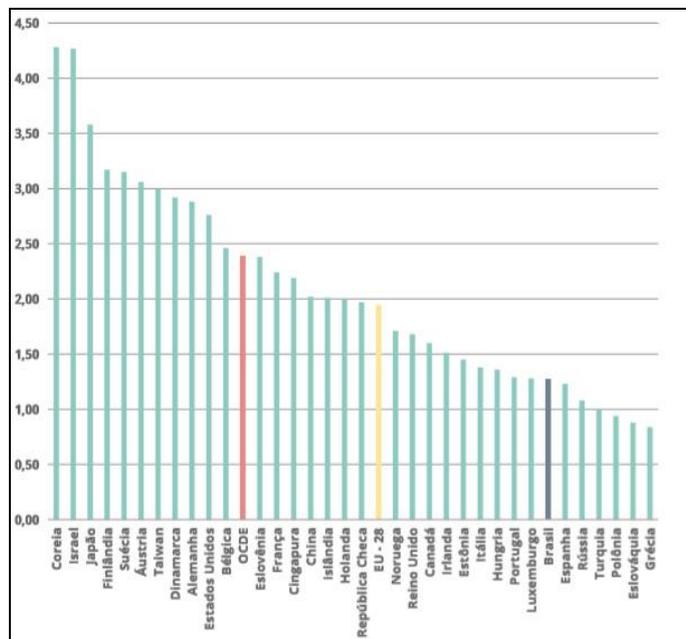
<sup>3</sup> Livro Verde é uma tentativa de um relatório governamental com uma proposta sem nenhum compromisso com alguma ação; a primeira etapa para mudar a lei. Livros verdes podem resultar na produção de um livro branco. Um livro verde em geral apresenta uma gama de ideias e é voltado para convidar indivíduos ou organizações interessadas em contribuir com pontos de vista e informação. Pode ser seguido por um livro branco, um conjunto de propostas oficiais que é usado como um veículo para seu desenvolvimento em uma lei (LIVRO VERDE, 2013).

científica e acadêmica e da sociedade civil, em diversas etapas do trabalho. Houve expressiva participação nos seminários e *workshops* durante o processo de formulação da Estratégia, assim como na Consulta Pública ao documento-base, que recebeu milhares de acessos e contribuições. Isso ensejou a revisão e o aperfeiçoamento da E-digital, que se consolida como política pública a ser implementada (BRASIL, 2018).

As iniciativas brasileiras para PD&I devem almejar o protagonismo do país no cenário mundial em tecnologias digitais, com avanço nas posições relativas em produção científica, desenvolvimento tecnológico e inovação, nomeadamente nos setores de tecnologia da informação e comunicação. O diagnóstico no nível de investimento brasileiro em pesquisa e desenvolvimento (P&D) como proporção do produto interno bruto (PIB) permanece distante dos países líderes nesse indicador, embora em linha com alguns países europeus (BRASIL, 2018).

O Gráfico 1 mostra que enquanto esse indicador no Brasil é de 1,27%, a média de países da União Europeia é de 1,95% e de países da the Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE)<sup>4</sup> é de 2,39%, com destaque para países nos quais esse percentual de investimento supera 3,5%, como Coreia (4,28%), Israel (4,27%) e Japão (3,58%).

Gráfico 1 – Investimento Total em P&D: OCDE e Brasil (% PIB)



Fonte: OCDE, Indicadores MCTIC *apud* BRASIL, 2018.

<sup>4</sup> The mission of the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD) is to promote policies that will improve the economic and social well-being of people around the world. Disponível em: < <http://www.oecd.org/about/> >. Acesso em: 20 ago. 2018.

Segundo Sousa & Lima (2008), as Tecnologias da Informação e Comunicação favoreceram a expansão das fronteiras do serviço de referência para além do balcão de atendimento das bibliotecas e das suas coleções de referência. Com os avanços das tecnologias, muitas unidades de informação passaram a oferecer esses serviços de forma virtual, com o propósito de facilitar a localização e o acesso aos documentos de forma remota.

Contudo, esses autores constataram, em estudo realizado em 2008, nos Centros Federais de Educação Tecnológicas (CEFET) do Brasil, que a internet e seus aplicativos nos serviços de referência não estavam sendo usados de forma satisfatória para atender as reais necessidades de seus usuários.

Kuhlthau (2010) pontua que a biblioteca é diferente da internet. Contudo, ambas são reconhecidas como sistema de informação. A principal diferença, pensando no uso por estudantes, é que, geralmente, a coleção da biblioteca escolar é formada por material escolhido especialmente em função das necessidades didáticas e dos níveis de formação dos alunos. De modo geral, o material da biblioteca é selecionado entre aqueles publicados por organizações/ pessoas de reconhecida autoridade. Enquanto a internet, ao contrário, apresenta um conjunto de conteúdos dos quais nem sempre é possível estabelecer autoria ou responsabilidade de publicação. O volume de resultados recuperados numa busca nos mostra que a quantidade de conteúdos postados na internet aumenta em escala exponencial.

### **3.1 Histórico de Tecnologia em Ciência e Informação no Brasil**

Nos Estados Unidos (EUA) nas três últimas décadas do século XX, a criação e desenvolvimento da Internet, foram consequências de uma fusão singular de estratégia militar, de uma cooperação científica, de iniciativa tecnológica e de inovação contracultural. No ano de 1995 nos EUA foi renunciada a privatização total da Internet, e formado acordos colaborativos entre redes privadas. Quando privatizada, a Internet não contava com nenhuma autoridade supervisora (Castells, 2002).

Enquanto no Brasil na década de 1950, houve iniciativas, principalmente, feitas pelo governo federal, por meio do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em busca de políticas de informação. As políticas públicas de informação no Brasil originaram as políticas de informação. Essas iniciativas são caracterizadas por ações que necessitam de planejamento de curto, médio e/ou longo prazo, assim como necessita de

um contexto que defina a amplitude da política como regime de informação (DA SILVA; SILVA; FREIRE, 2018).

Esses autores, Da Silva; Silva; Freire (2018), afirmam que o período da Guerra Fria foi um marco em que estratégias lógico-informacional conquistaram relevância, de modo que fundamentaram ações centrais das nações como meio de promover práticas de programação, regulação e legislação. Neves e Aguiar (2017) consideraram as políticas públicas de informação como instrumentos de democratização do acesso à informação e ao conhecimento e ainda como mecanismo de legitimar a importância da biblioteca escolar para a construção dos rumos que uma sociedade marcada pela produção, pelo acesso e disseminação da informação trilhará.

Desse modo, entre as definições de política pública de informação apresentadas no estudo das autoras Neves e Aguiar (2017), utilizaram como perspectiva o entendimento de Braman (2011), considerando que a política de informação envolve aspectos relacionados ao acesso à informação governamental, à propaganda, a leis e regulação que convergem em toda a sociedade nos processos da criação, processamento, fluxos, acesso e uso de informação.

Resumidamente, para Neves e Aguiar (2017, p. 75): “é possível dizer que as políticas públicas podem ser vistas como um comportamento orientado para o alcance de objetivos específicos que resultam em decisões tomadas pelo governo.”.

A década de 1970 foi marcada por experiências com computadores no Brasil, tendo como atores universidades em parceria com o Governo Federal, ver Quadro 1.

Quadro 1 – Experiências com computadores no Brasil parceria universidades e Governo Federal (1973-1985)

<b>ANO / ÉPOCA</b>	<b>FATOS HISTÓRICOS</b>
1973	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) fez uso para o ensino de química, realizando simulações no Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde/Centro Latino-Americano de Tecnologia Educacional (NUTES/CLATES). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) realizou com alunos da graduação experiências de simulação de fenômenos de física. A universidade desenvolveu em seu Centro de Processamento de Dados o software SISCAI, para avaliação de alunos de pós-graduação em educação.
1974	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) desenvolveu o software CAI (Computer Aid Instruction), para o ensino dos fundamentos de programação da linguagem BASIC.
1975	MEC e Programa de Reformulação do Ensino (PREMEN) financiou documento “Introdução de Computadores no Ensino do 2º Grau”.
1981	Universidade de Brasília – I Seminário Nacional de Informática em Educação, cerne para implantação do programa de informática na educação, com projetos pilotos em universidades. MEC, SEI, CNPq aprovam o documento “Subsídios para a Implantação do Programa de Informática na Educação”.
1983	Lançado projeto EDUCOM objetivando propor uma proposta de trabalho para a área de informativa na educação.
1984	Aprovação do projeto EDUCOM.
1985	Implantação em cinco Universidades brasileiras: Federais de Pernambuco, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul e Estadual de Campinas, os Centros-piloto ou Subprojetos EDUCOM.

Fonte: Adaptado de CIEB, 2016.

Em 1985, para implantação do projeto EDUCOM foi estabelecido que as políticas deviam ser pautadas em pesquisas com experiências concretas, usando a escola pública, prioritariamente o ensino de 2º grau (CIEB, 2016). Cinco universidades desenvolveram centros-pilotos, ver Quadro 2:

Quadro 2 – Descrição dos projetos e atividades por universidade

Universidades	Descrição de projetos e atividades
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Desenvolvimento de sistemas de computação e formação de recursos humanos. Utilização de microcomputadores no processo de ensino-aprendizagem e seus efeitos nas dimensões cognitiva e afetiva dos alunos e micromundos. Logo, busca de novos recursos para ajudar o aluno a aprender.
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Ações baseadas na abordagem da Linguagem para o uso do computador no processo de ensino-aprendizagem, a ser desenvolvida em três escolas públicas da região de Campinas.
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Desenvolvimento de hardware, software, courseware (tipo simulação) e preparação de profissionais para o desenvolvimento de courseware, bem como para a utilização do computador na escola.
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Ações centradas no desenvolvimento e no estudo de programas de ensino apoiadas pelo computador, especialmente, para o Ensino Médio.
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Realização de três ações: desenvolvimento de metodologias para a implementação de “software” educacional (matemática para o ensino básico, preparação de texto didático e avaliação em escolas); desenvolvimento de rede local de baixo custo; e estudo dos aspectos socioculturais e impactos sociopolíticos do uso do computador na educação.

Fonte: Adaptado de CIEB, 2016, p. 47-48.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho foi realizado por equipes interdisciplinares formadas pelos professores das escolas escolhidas e por um grupo de profissionais da universidade. Os professores eram responsáveis pelo desenvolvimento do projeto na escola, com suporte e acompanhamento do grupo de pesquisa da universidade, formado por pedagogos, psicólogos, sociólogos e cientistas da computação. Essas ações tinham a finalidade de contribuir tanto para o desenvolvimento da pesquisa quanto para a formação desses profissionais das escolas e dos centros de pesquisas. Do ponto de vista tecnológico, o papel da implantação do computador era o de ajudar a provocar mudanças

pedagógicas, em vez de “automatizar o ensino” ou preparar o aluno para ser capaz de trabalhar com o computador, ver Quadro 3.

Quadro 3 – Experiências com computadores no Brasil ações MEC/ Governo Federal (1986-1992)

<b>Ano / época</b>	<b>Fatos históricos</b>
1986	Criado o Comitê Assessor de Informática na Educação – CAIE/MEC. O programa era voltado para ação imediata para informática na educação de 1º e 2º graus.
1989	Criação do Programa Nacional de Informática Educativa (Proninfe), efetivado com a Portaria Ministerial nº. 549/GM. Concepção do Programa Nacional de Informática Educativa – PRONINFE Secretaria Geral do MEC.
1990	PRONINFE é transferido para a Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC.
1991	Encerramento do projeto EDUCOM.
1992	PRONINFE institui outros objetivos.

Fonte: Adaptado de CIEB, 2016, p. 51,54,

Em 1992, O PRONINFE é instituído com os seguintes objetivos (MEC/SEMTEC, 1994, p. 39-40 *apud* CIEB, 2016, p. 54-55):

- a) apoiar o desenvolvimento e a utilização de informática educativa nas áreas de ensino de 1º, 2º e 3º graus e de educação especial;
- b) fomentar o desenvolvimento de infraestrutura de suporte em meio aos diversos sistemas de ensino do país;
- c) promover e incentivar a capacitação de recursos humanos no domínio da tecnologia de informática educativa;
- d) estimular e disseminar resultados de estudos e pesquisas de aplicação da informática no processo de ensino-aprendizagem em meio aos sistemas de ensino, contribuindo para a melhoria de sua qualidade, a democratização de oportunidades e consequentes transformações sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira;

e) acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o uso de computador nos processos educacionais (MEC/SEMTEC, 1994 *apud* CIEB, 2016, p. 39-40).

Após a implantação do EDUCOM outros projetos foram surgindo, como o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE), o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) e o Programa Um Computador por Aluno (ProUCA). Esses programas nacionais foram instituídos por portarias (CIEB, 2016).

### **3.2 Programa Sociedade da Informação (Proinfo)**

Em setembro do ano de 2000, o Ministério da Ciência e Tecnologia lançou o livro Sociedade da informação e comunicação no Brasil: livro verde, com o objetivo de implantar o ProInfo que estabeleceu um apanhado de possíveis aplicações de Tecnologias da informação, abrangendo também as escolas em todas as esferas, com o Governo assumindo o papel de incentivador, a universalização do acesso e uso dos meios eletrônicos de informação.

O ProInfo é destinado aos professores e aos estudantes da rede pública de ensino. Sua criação data de 1997, pelo Ministério da Cultura, com objetivo de promoção do uso da tecnologia como instrumento de melhoria pedagógica no ensino público fundamental e médio. No ano de 2007, sofreu reestruturação por meio do Decreto 6.300 e passou a ter como objetivo a promoção do uso “pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica”. A criação do ProInfo se deu por meio da Portaria nº 522, em 9 de abril de 1997 e foi reestruturado pelo decreto nº 6.300 de 12 de dezembro de 2007. Em 25 de julho de 2012, foi criada a Lei nº 12.695 que “dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas”.

Os eixos de atuação Programa um computador por aluno (UCA) e Programa um computador por aluno (PROUCA) e Tablets. O UCA “foi implantado com o objetivo de intensificar as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) nas escolas, por meio da distribuição de computadores portáteis aos alunos da rede pública de ensino”. O Prouca consistiu em um registro de preços do FNDE cujo objetivo era o de que os estados e municípios comprassem com recurso próprio ou financiados pelo BNDES os computadores portáteis. Ele foi criado pela Lei nº 12.249 de 14 de junho de 2010, objetivando a promoção, a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento de modos de ensino e aprendizagem de alunos e professores de escolas públicas. Os *tablets* estariam destinados aos professores de escolas públicas do ensino médio, e os equipamentos seriam configurados com conteúdo do

Portal do Professor/MEC; Portal Domínio Público; Khan Academy (Física / Matemática / Biologia / Química): tradução para português com parceria da Fundação Lemann; Projetos de Aprendizagem Educacionais (Banco Internacional de Objetos Educacionais – MEC) e Coleção Educadores.

O Processo de implantação foi no período de 1997 a 2006 e caracterizou-se como a primeira etapa das TIC. O Governo Federal, desde o ano de 1997, por meio de decretos, leis e programas visava introduzir nas escolas públicas medidas que promovessem no ensino público fundamental e médio o uso de equipamentos computacionais e os usos das TIC tanto para professores quanto para os alunos. Apesar dos esforços no assunto, o programa não seguiu adiante e foi transformado em ações isoladas e ocasionais.

O MEC por meio da SEED cuidou da parte que cabia ao desenvolvimento de programas e projetos voltados ao uso de tecnologias na educação. A SEED era subdividida em três departamentos: Departamento de Informática na Educação a Distância – DIED, Departamento de Políticas de Educação a Distância – DPEAD e Departamento de Produção e Divulgação de Programas Educativos – DPDPE. No DIED, eram desenvolvidas ações de capacitação voltadas para o uso de tecnologias na educação (de multiplicadores, de gestores e de técnicos de suporte), compra de equipamentos de informática relativas ao ProInfo e ações desenvolvidas pelo Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional – CETE, ver Quadro 4.

Quadro 4 – O que foi planejado e executado pelo Proinfo até 2002

	<b>Meta estabelecida</b>	<b>O que se atingiu</b>
Alunos beneficiados	7.500.000	6.000.000
Escolas atendidas	6.000	4.629
NTE implantados	200	262
Multiplicadores capacitados	1.000	2.169
Professores capacitados	25.000	137.911
Técnicos capacitados	6.000	10.087
Gestores capacitados	-	4.036
Computadores instalados	105.000	53.895

Fonte: MEC/SEED, 2002A, p. 5 apud CIEB, 2016, p. 61.

(\*) Não prevista inicialmente. Este quadro considera apenas os gestores capacitados em cursos específicos. Houve mais cerca de 5.000 gestores que participaram de eventos de capacitação do ProInfo.

O Quadro 4 demonstra o panorama dos resultados obtidos pelo Proinfo. Entre os resultados, foi observado que em relação à meta para alunos beneficiados, escolas atendidas e computadores instalados, houve um alcance inferior ao estabelecido: 80% para os alunos,

77% para as escolas e de 51% para os computadores. Ao contrário dos professores capacitados que estabelecia 25.000 e atingiu 137.911, fazendo um percentual de aproximadamente 500%. Os técnicos capacitados atingiram 168% do que foi executado.

Em 2004, a SEED foi reestruturada e passou a dispor das seguintes diretorias (CIEB, 2016, p. 63):

- Diretoria de Produção e Capacitação em Programas de Educação a Distância (DPCEAD): agregando as ações de produção e capacitação dos programas de inovação tecnológica da SEED: ProInfo, TVEscola, Proformação e Rádio Escola;
- Diretoria de Infraestrutura Tecnológica em Educação a Distância (DITEC): na qual, além das ações desenvolvidas pelo CETE, foram agregadas as ações de aquisição de equipamentos relativos a ProInfo, TVEscola e Rádio Escola;
- Diretoria de Políticas em Educação a Distância (DPEAD): cuja função era fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e processos, incentivar cursos a distância de nível superior e avaliar os resultados dos projetos da SEED, além de promover a regulamentação da educação a distância no país e a articulação da SEED com as demais secretarias do MEC, representações da sociedade, instituições e autoridades estaduais e municipais.

Em 2007, o ProInfo foi transformado em ProInfo Integrado, para que as TIC fossem integradas às atividades que aconteciam na escola por meio de diversas ações: infraestrutura, capacitação, conteúdos digitais, interação, comunicação e comunidades virtuais (Bielschowsky, 2009).

O Quadro 5 mostra a quantidade de equipamentos instalados no ano de 2012 pelos programas do governo, ver abaixo.

Quadro 5 – Equipamentos instalados no ano de 2012

<b>Equipamentos</b>	<b>Metas alcançadas</b>
Tablets	480.000
Laboratórios	32.793
<b>Computador com lousa digital</b>	<b>56.562</b>

Fonte: Relatório de Gestão do Exercício 2012 (MEC/SEB, 2013) *apud* CIEB, 2016, p. 70.

Enquanto o Quadro 6 mostra a quantidade de pessoas atendidas pelos programas em 2012, ver abaixo:

Quadro 6 – Pessoas atendidas pelos programas em 2012

<b>Programa</b>	<b>Professores e Gestores</b>
ProInfo	9.085
Mídias na Educação	2.490
PROUCA	3.262

Fonte - Relatório de Gestão do Exercício 2012 (MEC/SEB, 2013) *apud* CIEB, 2016, p. 70.

Os Quadro 5 e 6 trazem dados que demonstram que os programas ProInfo e PROUCA mesmo sendo projetos de implementação nacional seu alcance foi restrito ao analisar os equipamentos instalados versus pessoas atendidas.

#### 4 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) E ESCOLAS DA REGIÃO DE MONTES CLAROS

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um importante indicador educacional na classificação de indicadores sociais, englobando a área temática da realidade social a que se refere. Segundo Jannuzzi (2009, p. 15), um indicador social “é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social abstrato”, que para a pesquisa acadêmica tem interesse teórico ou interesse programático, tratando-se de formulação de políticas.

Campello (2003) afirma que as organizações constituem importante fonte de informação. No caso das organizações não lucrativas que produzem uma variedade de documentos facilmente obtidos, muitas vezes, de forma gratuita. Já as organizações que visam o lucro não tornam disponíveis informações consideradas sigilosas, mas podem divulgar informações úteis, tais como relatórios, catálogos de produtos e serviços, *house organs* e outros.

O Ideb foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos para a qualidade da educação: (I) o fluxo escolar e (II) as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Este combina informações obtidas pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação) (INEP, [2017]).

Este índice trabalha com os resultados das avaliações em larga escala do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, permite traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a dez e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o objetivo de equilibrar as duas dimensões:

se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema (INEP, 2017, *site*).

O Ideb também é utilizado em política pública como ferramenta para acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)

para a educação básica. A meta é que em 2022 o Ideb do Brasil seja 6,0 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos (INEP, 2017).

Consta no Censo escolar<sup>5</sup> da educação básica de 2017, em seu caderno de instruções, no tópico cadastro de escola, uma categoria que envolve as dependências da escola. Nesse campo os ambientes que existem na escola devem ser informados, ou seja, aqueles utilizados pela escola e/ ou comunidade e que façam parte da estrutura física da escola (INEP, 2017).

Entre os espaços de aprendizagens e equipamentos destacados pelo INEP (2017), podemos listar alguns:

- I. Biblioteca;
- II. Sala de leitura;
- III. Laboratório de ciências;
- IV. Laboratório de informática;
- V. Acesso à internet;
- VI. Banda larga;
- VII. Computadores para uso dos alunos;
- VIII. Pátio descoberto;
- IX. Pátio coberto;
- X. Auditório;
- XI. Quadra de esportes coberta;
- XII. Quadra de esportes descoberta;
- XIII. Parque infantil;
- XIV. Área verde.

A Secretaria de Estado da Educação do Estado de Minas Gerais (SEE MG), no ano de 2002, realizou um projeto piloto “Escolas Referência”, visando resgatar a tradição Mineira de ensino público, exemplo para a educação de todo o país. Esse projeto pretendia retomar e garantir a posição de destaque na educação básica, priorizando recursos para instituições escolares historicamente relevantes. A partir da construção do Plano de

---

<sup>5</sup> Levantamento periódico de dados relacionados às escolas.

Desenvolvimento Pedagógico Integrado (PDPI), as escolas receberiam recursos para a realização de projetos específicos (MINAS GERAIS, [2003]).

O PDPI visava identificar os pontos vulneráveis das escolas, planejando ações e reunindo regularmente todos os membros da comunidade escolar, como o colegiado, pais de alunos, professores e demais funcionários. A metodologia baseia-se na obra do pedagogo Danilo Gandim, que estabelece três etapas para a redefinição dos rumos escolares: o marco situacional, que faz uma radiografia instantânea da realidade; o marco doutrinal, para a escolha de objetivos e reafirmação de valores; e o marco operacional, para o planejamento das ações (MINAS GERAIS, [2003]).

Através desse plano, buscava-se diagnosticar e trazer para a discussão as dificuldades das escolas, evidenciando um quadro situacional para serem realizadas melhorias. Para Magalhães (2004), a reflexão, que autoriza a construção da instituição educativa como objeto epistêmico, se estrutura a partir de entradas fundamentais:

- a. A historiografia da escola e da escolarização (no quadro epistêmico);
- b. A análise institucional como matriz conceitual interdisciplinar;
- c. A pedagogia institucional como modelo científico e orgânico-funcional.

Um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental, em todo o país, são os Parâmetros Curriculares Nacionais, que têm a função de orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional. As discussões, pesquisas e recomendações subsidiam a participação de técnicos e professores brasileiros. Contudo, mesmo funcionando como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais não podem ser considerados fonte de solução para todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no país, devido a sua falta de pretensão de resolver todos os problemas (BRASIL, 1997).

No Brasil, nas décadas de 70 e 80, os programas de governo recaíram sobre a expansão das oportunidades de escolarização, ocasionando um aumento expressivo no acesso à escola básica. Entretanto, os altos índices de repetência e de evasão apontaram problemas que evidenciaram grande insatisfação com o trabalho realizado pela escola. (BRASIL, 1997).

As Sinopses Estatísticas da Educação Básica apresentam dados referentes ao estabelecimento, matrícula, função docente, movimento e rendimento escolar nas diferentes modalidades de ensino brasileiro, como ensino regular que são: educação infantil, ensino fundamental e médio, educação especial e educação de jovens e adultos (EJA). Os dados foram distribuídos de acordo com as regiões brasileiras e suas respectivas unidades da

federação. A categoria complexidade da gestão escolar é composta por várias subcategorias que subsidiam informações que possibilitam conhecer aspectos de funcionamento da escola, quantidade de docentes, quantidade de funcionários, quantidade de alunos matriculados, nível socioeconômico da comunidade atendida, entre outras. O diretor ao responder o Censo escolar deve utilizar a opção 'sim', quando a escola detiver o espaço ou equipamento, e não quando não possuir.

A Portaria Nº 503, de 11 de junho de 2018 foi editada com vistas para a comprovação de informações declaradas nos formulários de escola sendo verificados aspectos dos espaços de aprendizagem, infraestrutura e equipamentos. As comissões designadas para a realização da Verificação in loco do Censo Escolar deverão estar acompanhadas, durante as visitas às escolas, por, no mínimo, 1 (um) representante do Conselho do Fundeb do respectivo município, nos termos do art. 24º, § 9º, da Lei 11. 494, de 20 de junho de 2007<sup>6</sup>.

Art. 2º A Verificação in loco do Censo Escolar consiste na realização de visitas técnicas às Secretarias de Educação e instituições de ensino e tem como objetivos:

I - verificar e avaliar as informações declaradas ao Censo Escolar; e

II - oferecer, eventualmente, capacitação sobre o Censo Escolar e o sistema eletrônico de coleta de dados.

Parágrafo único. A Verificação in loco do Censo Escolar será realizada anualmente, preferencialmente após a coleta e antes do período oficial de retificações da primeira etapa do levantamento, a fim de possibilitar a correção, pelas escolas, de eventuais inconsistências identificadas (INEP, 2018).

#### **4.1 Educação, escola e bibliotecas**

O saber está atrelado aos espaços de poder. Observa-se isso ao historicizar a invenção da escrita, que foi um traço comum nas antigas civilizações orientais, fato que não se dissocia do aparecimento do Estado, pois a manutenção da máquina estatal supõe uma classe especial de funcionários capazes de exercer funções administrativas e legais cujo registro é imprescindível. Por exemplo, em relação aos espaços de poder referentes à escrita estavam os escribas no Egito, os mandarins na China, os magos na Babilônia e os brâmanes na Índia, exercendo suas funções e monopolizando a escrita em meio à população analfabeta (ARANHA, 1996).

---

<sup>6</sup> BRASIL [Lei (2007)]. **Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB. Brasília: Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm). Acesso em: 20 set. 2018.

Magalhães (2004) afirma que a reflexão, que autoriza a construção da instituição educativa como objeto epistêmico, estrutura-se a partir de entradas fundamentais: a historiografia da escola e da escolarização no quadro epistêmico, a análise institucional como matriz conceitual interdisciplinar e a pedagogia institucional como modelo científico e orgânico-funcional.

Castells (2000) afirma que do ponto de vista sociológico toda e qualquer identidade é construída. A problematização, na verdade, diz respeito: a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece.

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/ espaço (CASTELLS, 2000, p. 23).

Aranha (1996, p. 33) afirma que a educação tradicionalista permeou, inicialmente, os livros sagrados, que apresentava ideais de conduta e orientação para o enquadramento das pessoas nos rígidos sistemas religiosos e morais. As conservadoras sociedades tradicionalistas pretendiam “perpetuar os costumes e evitar a transgressão das normas. Daí o caráter religioso dos compromissos impostos e nunca discutidos”. Segundo Hall (1999), o natural fechamento desse grupo em questão forma a base da solidariedade e da fidelidade, o que ele chamou de fundação.

Moran (2013) afirma que a educação é um processo de toda a sociedade – não só da escola – e afeta todas as pessoas e de todas as formas possíveis, o tempo todo, em qualquer situação, sejam elas pessoal, social e/ ou profissional. A educação é oriunda de toda a sociedade ao transmitir ideias, valores e conhecimentos e, também, quando busca novas ideias, valores e novos conhecimentos.

Família, escola, meios de comunicação, amigos, igrejas, empresas, internet, todos educam e, ao mesmo tempo são educados, isto é, todos aprendem mutuamente, sofrem influências, adaptam-se a novas situações. Aprendemos com todas as organizações e com todos os grupos e pessoas aos quais nos vinculamos (MORAN, 2013, p. 12).

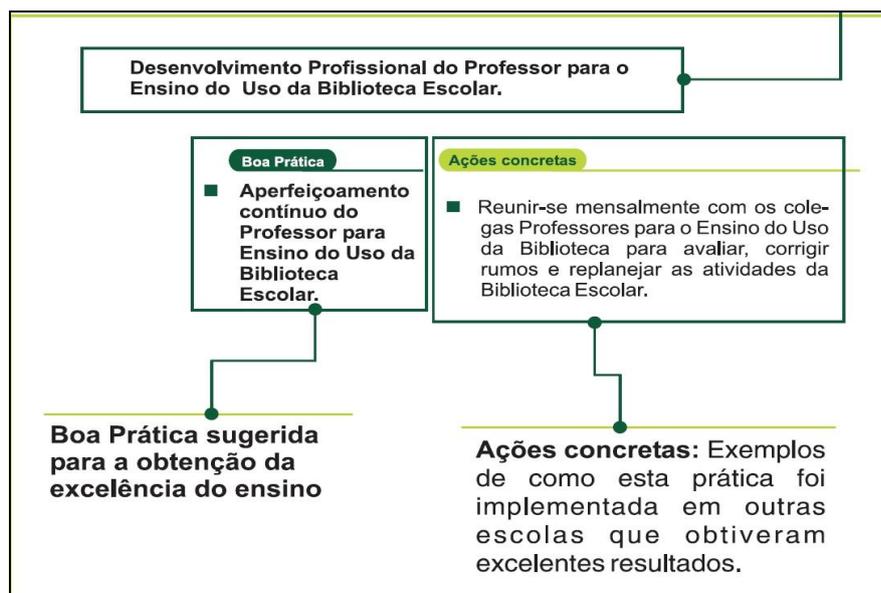
O autor continua dizendo que os estudos demonstram, atualmente, que milhões de alunos são aprovados em séries subsequentes sem pesquisar, sem gostar de ler, sem situações significativas vividas. Não há interesse na maior parte do tempo, e existe uma sensação de inutilidade em muitos conteúdos aprendidos (MORAN, 2013).

Medeiros (2001) orienta que educar para a sociedade da informação significa ultrapassar as barreiras que impedem a compreensão de como usar a informação nesse cenário de tecnologias, e em sequência, tomar decisões para a formação do conhecimento, ter o domínio das ferramentas tecnológicas e aplicar as mídias para a efetividade orientada no cotidiano, acompanhando as transformações da tecnologia.

A biblioteca pode ser um importante veículo para transpor essas barreiras expostas por Medeiros. O seu cotidiano já é orientado para a informação e a formação dos sujeitos para o conhecimento. Kuhlthau (2010) afirma que os alunos precisam aprender a pensar na biblioteca como um sistema de informação que disponibiliza uma diversidade de material organizado de fácil acesso e questionar de que maneira cada material pode fornecer informações sobre os assuntos de pesquisa.

A autora ainda afirma que o professor deve ensinar aos estudantes a forma sistemática de tomar notas sobre o material que foi utilizado e serem seletivos em suas anotações, identificando as informações que pretendem citar, parafrasear ou resumir. A Figura 1 apresenta o eixo ‘Desenvolvimento profissional do professor no ensino do uso da Biblioteca Escolar’, sugerido como boas práticas em Bibliotecas escolas do Governo de Minas Gerais.

Figura 1 – Eixo sugerido pelo Caderno de boas práticas em Bibliotecas escolares do Governo de Minas Gerais



Fonte: MINAS GERAIS, 2010.

Seguem artigos quarto e 22 da LDB atual<sup>7</sup>:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

(...)

Art. 22. A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e oferecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores (BRASIL, 1996).

A LDB, com atualizações até a presente data, reconhece que a educação escolar compõe-se de: educação básica - formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - e educação superior. Definiu também o ensino fundamental como prioridade dos Municípios, e o ensino médio, prioridade dos Estados. Quanto às atribuições da União, não consta a prioridade do ensino superior e nem enuncia à responsabilidade da União quanto à manutenção do ensino superior (BRASIL, 1996, art. 21).

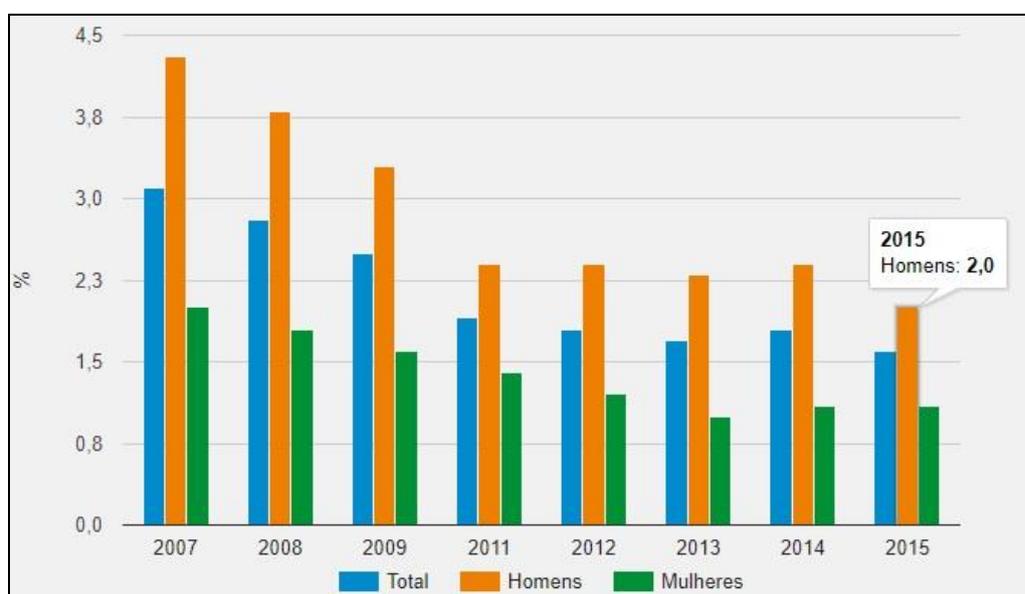
Cabe afirmar nessa nova edição da LDB um panorama de políticas emancipatórias no contexto do ensino superior, podendo ocasionar uma valorização da educação na iniciativa privada em detrimento das instituições públicas do ensino superior. Essa emancipação do

<sup>7</sup> BRASIL. [Lei (1996)]. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

ensino para a iniciativa privada não é entendida de maneira positiva em se tratando de um país com enormes desigualdades sociais.

O que notamos é que os dados do IBGE referente à taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos (idades dos anos finais do ensino fundamental) são de aproximadamente de 3% em 2007, tendo uma redução progressiva, alcançando aproximadamente um patamar de 1,5% da população brasileira em 2015, ver Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 a 14 anos de idade, por sexo – Brasil 2007-2015



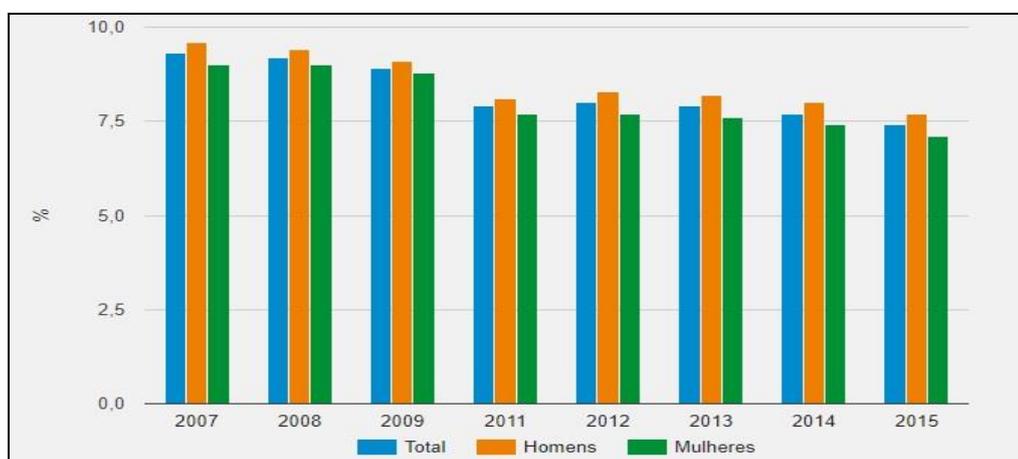
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015], c2019.

A diminuição da taxa de analfabetismo brasileira das pessoas entre 10 a 14 anos ao longo desses oito anos (2007-2015) é um indicativo que as ações governamentais em prol da educação foram observadas na alfabetização das crianças em idade do ensino fundamental. O IBGE também apontou que havia distância de quase 2,3% no número de meninos versus meninas alfabetizadas, e que na medida do tempo essa distância foi se tornando menor, atualmente é 1,3%.

No entanto, ao comparar a taxa de analfabetismo desse mesmo período das pessoas acima de 10 anos percebe-se que a taxa de 9,3% do total de analfabetos em oito anos

decrece apenas 1,9%, chegando ao indicador 7,4% total de homens e mulheres (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil 2007/2015



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2015], c2019.

Em estudo realizado pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro (2018) foi identificado o indicador de alfabetismo funcional da população brasileira. Primeiro cabe definir o que seja alfabetismo funcional para a pesquisa:

Para o Inaf, Alfabetismo é a capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, um contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor. Dentro desse campo, distinguem-se dois domínios: o das capacidades de processamento de informações verbais, que envolvem uma série de conexões lógicas e narrativas, denominada pelo Inaf como letramento, e as capacidades de processamento de informações quantitativas, que envolvem noções e operações matemáticas, chamada numeramento (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 4).

Na pesquisa foram entrevistadas 2.002 pessoas entre 15 e 64 anos de idade, residentes em zonas urbanas e rurais de todas as regiões do país. Contendo margem de erro estimada em 2,2% no máximo e 95% de intervalo de confiança estimado. Nesse cenário, foi constatado que cerca de 3 em cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais e apresentam dificuldade para fazer uso da leitura e da escrita, de operações matemáticas em situações do cotidiano, exemplificando, reconhecer informações de cartazes e folhetos ou ainda fazer operações aritméticas simples com valores de grandeza superior às centenas (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018).

## 5 MONTES CLAROS: ESPAÇO AMOSTRAL E DE ESTUDO

Nesta seção tendo essa primeira visão nacional de programas desenvolvidos pela União e indicadores sociais nacionais, será apresentada uma perspectiva Estadual no município de Montes Claros.

Quando abordamos a questão de regionalidade, nos aproximamos do conceito de identidade, que para Hall (1999, p. 106) numa “linguagem do senso comum, a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são compartilhadas por outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”. Tal identificação e reconhecimento de grupo, que forma a base da solidariedade e da fidelidade, é um processo construído de articulações (HALL, 1999).

O espaço amostral será a cidade de Montes Claros (MG) e deve-se enunciar alguns aspectos de cultura e historicidade do Norte de Minas como um todo. Abdênago Lisboa (1992, p. 31), em sua obra de memórias relativas ao fim do século XIX, descreve o Norte de Minas, como segue:

Dez mil quilômetros quadrados de “Gerais” ou Chapada”, tendo por centro a cidade de Taiobeiras, constituem pujante, ainda que desconhecida fonte de riqueza, que se explorada, poderá fazer da região uma das mais cobiçadas do planeta. (...)

Conhecemo-lo bem de perto, porque nele fomos criados, apanhando lenha, catando pequis, colhendo a aticuns, saboreando rufões e cagaitas, mastigando araçás, mucuris e gabiobas. No “Gerais”convivíamos com os exuberantes e tortuosos pequizeiros, de folhas coriáceas, (...)

O solo dos “gerais” é aparentemente pobre e improdutivo, servindo, como alegam muitos, só para criar éguas. Mas como todo sertanejo de Euclides da Cunha, que de um momento para outro passa, de fraco e desengonçado, a forte, e atlético, também ele, ao receber os primeiros tratos culturais, reage prontamente, tornando-se muito produtivo. O que lhe falta é quase tão somente, água e um pouco de matéria orgânica para começar sua fertilização, que daí para frente se realiza, quase que por si só.

(...) O clima é ótimo; a água corrente, apesar de rara, é uma delícia. Mesmo o povo de lá costuma desprezar o “Gerais” como terra ruim. Pode ser ruim, mas não, certamente, por deficiências minerais, nem pela estrutura ou clima, mas pela falta de água, de matéria orgânica, de cultivo.

Oliveira *et al.* (2000) afirmam que o atual território do Norte de Minas foi palco das primeiras incursões ao interior do país. O Arraial das Formigas (1768) foi resultado da expedição Espinosa-Navarro, em 1553, que partiu de Porto Seguro (Ba), composta por 12 homens determinados, talvez espanhóis e portugueses. Foi a primeira a pisar as vastas terras da Região do Norte de Minas, habitada pelos índios Anais e Tapuias. Porém, era muito cedo ainda para fundar as cidades do sertão, longe do litoral. Bandeirantes partiram de São Paulo,

procurando pedras preciosas e embrenharam-se pelo sertão do Norte da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Fernão Dias Pais, governador das Esmeraldas organizou a mais célebre Bandeira, para conquistar 'Esmeraldas', da 'Serra Resplandecente' (OLIVEIRA *et al.*, 2000; MONTES CLAROS, 2013).

Antônio Gonçalves Figueira, que pertencia à Bandeira de Fernão Dias, acompanhou a expedição até as margens do Rio Paraopeba, onde com Matias Cardoso abandonou o chefe e regressou para São Paulo, chegando lá dois anos depois. Seduzidos pela fertilidade do Sertão Mineiro e, talvez, na esperança de conquistarem riquezas, Antônio Gonçalves Figueira e Matias Cardoso retornaram como colonizadores, caçando índios e construindo fazendas, cujas sedes se transformaram em cidades (MONTES CLAROS, 2013; IBGE, 2017).

Três grandes fazendas foram formadas: Jaíba, Olhos d'Água e Montes Claros. Está situada nas cabeceiras do Rio Verde, pela margem esquerda, próxima aos montes formados por Xistos Calcários, com pouca vegetação. Pelo alvará de abril de 1707, Antônio Gonçalves Figueira obteve a sesmaria de uma légua de largura por três comprimentos, que constituiu a Fazenda de Montes Claros. Formigas foi o segundo povoado da Fazenda Montes Claros. Gonçalves Figueira para alcançar mercado para o gado construiu estradas para Tranqueiras na Bahia e para o Rio São Francisco. Era grande o seu interesse de expansão do comércio de gados e, assim, procurou ligar-se ao Rio das Velhas e também à Pitangui e Serro. A região foi se povoando e a Fazenda de Montes Claros transformou-se no maior Centro Comercial de Gado, no Norte de Minas Gerais (MONTES CLAROS, 2013; IBGE, 2017).

O próspero Arraial de Formigas recebeu os nomes de: Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, Vila de Montes Claros de Formigas e, por fim, cidade de Montes Claros. Iniciou-se assim esta cidade, em local diferente da sede de Antônio Gonçalves Figueira, em torno da Capela erguida por José Lopes de Carvalho. Em 1831, Vila de Montes Claros de Formigas, 120 anos após obtenção da Sesmaria por Antônio Gonçalves Figueira, dono e construtor da Fazenda de Montes Claros, já era o Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, suficientemente desenvolvido para tornar-se independente, se desmembrando de Serro-Frio. Pelo esforço dos líderes políticos, o Arraial foi elevado a Vila pela Lei de 13 de outubro de 1831, recebendo o nome de Vila de Montes Claros de Formigas (MONTES CLAROS, 2013; IBGE, 2017).

Tratada a parte histórica do município, segue a sua formação administrativa (IBGE, 2017):

O distrito criado com a denominação de Montes Claros da Formiga, pelo Decreto de 14-07-1832, e Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, subordinado ao município de Sêro. Elevado à categoria de vila com a denominação de Montes Claros da Formiga, pelo Decreto de 13-10-1831, desmembrado do município de Sêro. Sede na antiga povoação de Formigas. Constituído de 2 distritos: Montes Claros da Formiga e Inconfidência (ex-Santíssimo Coração de Jesus).

Instalado em 16-10-1832. Elevado à condição de cidade com a denominação de Montes Claros, pela Lei Provincial n.º 802, de 03-07-1857. Pela Lei Provincial n.º 1398, de 27-11-1867, e Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Brejos das Almas (ex-povoado de São Gonçalo do Brejo das Almas). Pela Lei Provincial n.º 1.563, de 21-07-1868, é criado o distrito de Olhos D'água e anexado ao município de Montes Claros. Pela Lei Estadual n.º 395, de 21-02-1891, e Lei Estadual n.º 2, de 14-09-1891, é criado o distrito de Morrinhos e anexado ao município de Montes Claros. Pela Lei Estadual n.º 556, de 30-08-1911, o município sofreu as seguintes modificações: criou o distrito de Juramento, desmembrou do município de Montes Claros o distrito de Inconfidência, elevando-o à categoria de vila e ainda adquiriu do município de Brasília o distrito de Bela Vista (ex-Bonfim de Montes Claros). Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município é constituído de 6 distritos: Montes Claros, Bela Vista (ex-Bonfim de Montes Claros), Brejos das Almas, Juramento, Morrinhos e Olhos D'água. Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920. Pela Lei Estadual n.º 843, de 07-09-1923, desmembra do município de Montes Claros o distrito de Brejo das Almas. Elevado à categoria de município. E ainda pela mesma Lei Estadual o distrito de Olhos D'água foi transferido do município Montes Claros para o de Bocaiúva. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 4 distritos: Montes Claros, Bela Vista, Juramento e Morrinhos. Assim em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

Pelo Decreto-Lei Estadual n.º 1.058, de 31-12-1943, foram criados os distrito de Patis, Santa Rosa de Lima e São Pedro de Garça e ainda o distrito de Bela Vista tomou a denominação de Mirabela e Morrinhos passou a chamar-se Miralta. No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o município é constituído de 7 distritos: Montes Claros, Juramento, Mirabela (ex-Bela Vista), Miralta (ex-Morrinhos), Patis, Santa Rosa de Lima e São Pedro de Garça. Pela Lei n.º 336, de 27-12-1948, é criado o distrito de São João da Vereda ex-povoado e anexado ao município de Montes Claros. Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 8 distritos: Montes Claros, Juramento, Mirabela, Miralta, Patis, Santa Rosa de Lima, São João da Vereda e São Pedro de Garça. Pela Lei n.º 1.039, de 12-12-1953, desmembra do município de Montes Claros o distrito de Juramento. Elevado à categoria de município. Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município é constituído de 7 distritos: Montes Claros, Mirabela, Miralta, Patis, Santa Rosa de Lima, São João da Vereda e São Pedro de Garça. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Pela Lei Estadual n.º 2.764, de 30-12-1962, foram criados os distritos de Ermidinha, Nova Esperança e Vila Nova de Minas e ainda pela mesma Lei Estadual desmembra do município de Montes Claros os distritos de Mirabela e Patis, para formar o novo município de Mirabela. Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 8 distritos: Montes Claros, Ermidinha, Miralta, Nova Esperança, Santa Rosa de Lima, São João da Vereda, São Pedro de Garça e Vila Nova de Minas. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 31-XII-1971. Pela Lei Estadual n.º 6.769, de 13-05-1976, é criado o distrito de Panorâmica (ex-povoado de Vista Alegre), anexado ao município de Montes Claros. Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 9 distritos: Montes Claros, Ermidinha, Miralta, Nova Esperança, Panorâmica, Santa Rosa de Lima, São João da Vereda, São Pedro de Garça e Vila Nova de Minas. Pela Lei n.º 8.285, de 08-10-1982, é criado o distrito de Aparecida do Mundo Novo e anexado ao município de Montes Claros. Em divisão territorial datada 2001, o município é constituído de 10 distritos: Montes Claros, Aparecida do Mundo Novo, Ermidinha, Miralta, Nova Esperança, Panorâmica, Santa Rosa de Lima, São João da Vereda, São Pedro de Garça e Vila Nova de Minas. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (IBGE, 2017, *site*).

Oliveira e *et al.* (2000) afirmam que a estrutura atual do Norte de Minas, entre as reformas institucionais da Constituição de 1988 propiciou a abertura para a criação de novos municípios, e gerou como resultado a emancipação de muitos distritos de forma indiscriminada, considerando principalmente o número de habitantes. Diversos municípios no Norte de Minas foram criados, passando de 44 para 89 – um crescimento de 102,3%.

O autor relata ainda que essa emancipação desordenada contribuiu para o aumento da máquina administrativa de um Estado em situação financeira debilitada. De modo que os recursos já escassos, que poderiam ser direcionados diretamente para formação de capital fixo e investimentos em áreas sociais, acabaram sendo gastos na manutenção da máquina administrativa, que duplicou o número de vereadores, prefeitos e assessores, majorando ainda mais a capacidade de investimento do poder público (OLIVEIRA *et al.*, 2000. p. 131).

A realidade de Montes Claros, nos quesitos trabalho e rendimentos em 2016, foi de salário médio mensal de 2,1 salários mínimos, com a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total de 24.0%. O IBGE (2017) comparou com outros municípios do estado com a cidade de Montes Claros, que ocupava as posições 97 de 853 e 94 de 853, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 36,4% da população estavam nessas condições, o que a colocava na posição 457 de 853 entre as cidades do estado e na posição 3272 de 5570 entre as cidades do Brasil.

O PIB a preços correntes foi de 7.965.637,45, e as atividades econômicas versos o valor adicionado bruto a preços correntes foram: agropecuária com R\$ 109,985,99, indústria com R\$1.509.913,41, serviços (exclusive: administração, defesa, educação, saúde públicas e seguridade social) de R\$4.240.922,40. A administração, defesa, educação e saúde pública e seguridade social foram de R\$ 1.319.995,48 (IBGE, 2017).

Já nos quesitos território e ambiente, Montes Claros apresentou 93,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 56% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado aos outros municípios do estado, fica na posição 40 de 853, 505 de 853 e 583 de 853, respectivamente.

Segundo o IBGE (2017), a estimativa da população em 2017 é de aproximadamente 402.027 pessoas, visto que em 2010, no último censo, a população foi de 361.915. No *site* do Observatório do Trabalho do Norte de Minas (OTNM, [2011?]) encontram-se “dados referentes à região, que apontam expectativa de vida da população de

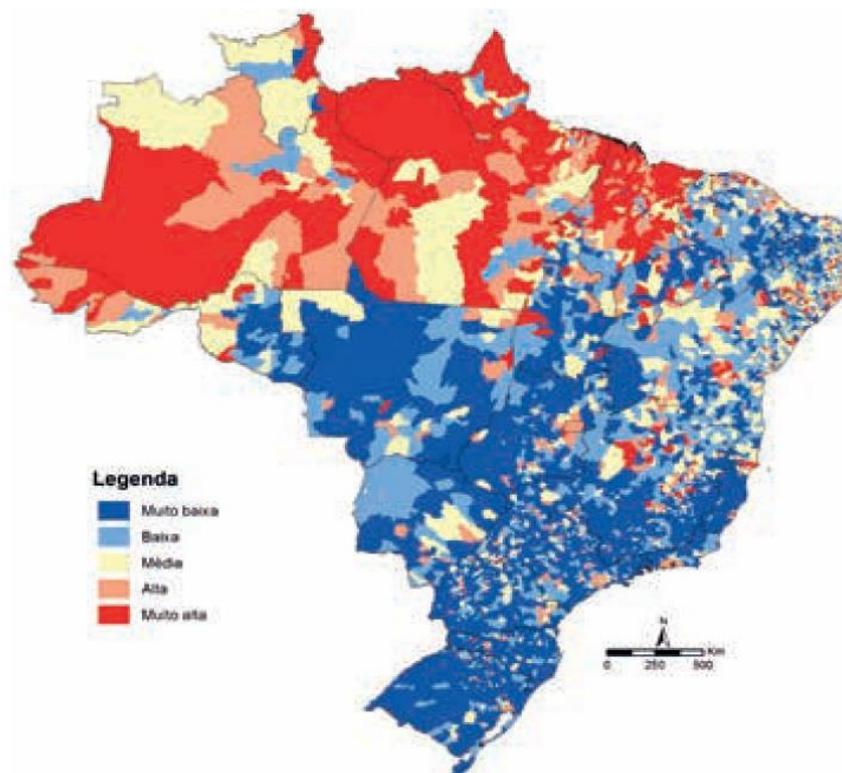
73,13 anos, taxa de fecundidade de 2,32 por mulher (em período reprodutivo, entre 15 e 49 anos) e mortalidade infantil de 18,45 por cada mil habitantes (ATLAS..., 2013)”.

Ao Analisar a taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais de idade, se tem 25,83%, e o percentual da população de 6 a 17 anos de idade frequentando o ensino básico sem atraso idade-série está em torno de 62,03% (OTNM, [2011?]). Entende-se a partir desses dados que 37,97% dessa população estão em atraso idade-série.

Em busca de indicadores da região, usou-se a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), obtendo-se o indicador dado pelo Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) da região do Norte de Minas Gerais. Este indicador foi construído por meio do resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entrando no cálculo do IVS final com o mesmo peso (ATLAS..., 2015).

O subíndice IVS Infraestrutura Urbana busca refletir as condições de moradia das pessoas em seus domicílios, por meio de três indicadores: (1) abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados, (2) coleta de lixo e o (3) tempo de deslocamento entre a moradia e o trabalho. Segue Mapa 1 como IVS Infraestrutura Urbana de 2010.

Mapa 1 – IVS Infraestrutura Urbana (2010)

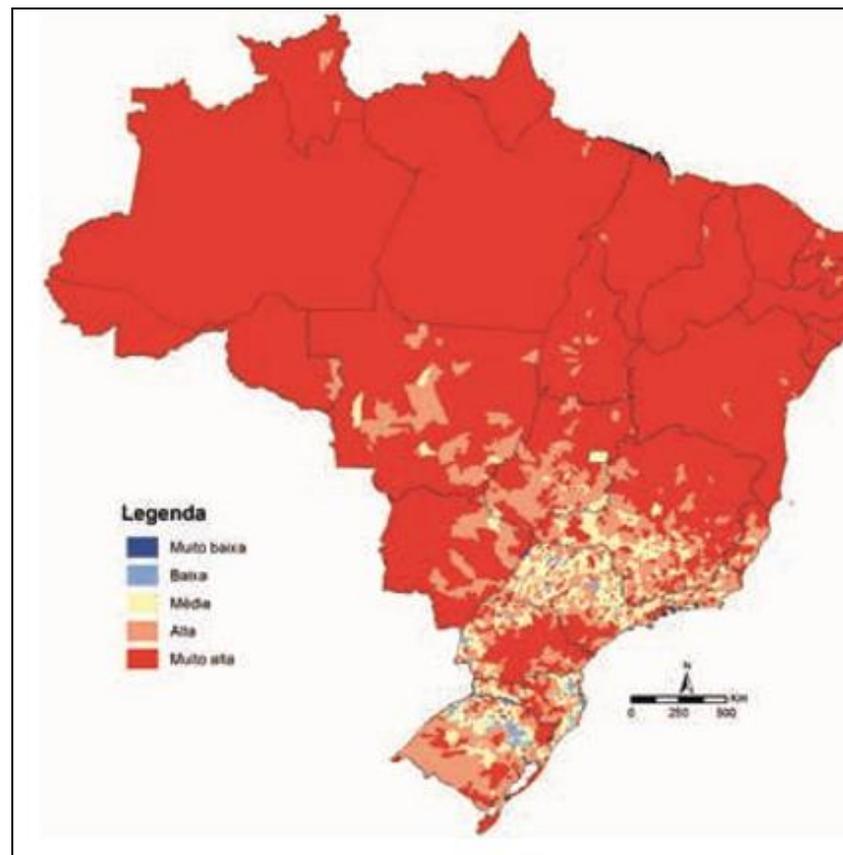


Fonte: ATLAS ..., 2015.

Em 2010, como nos informa o Mapa 1, as regiões Sul, Centro-Oeste, e Sudeste (com exceção do Norte de Minas Gerais) apresentaram os mais baixos subíndices para a dimensão infraestrutura urbana. Foi indicada uma expressiva evolução observada no Nordeste, com grande número de municípios nas faixas de baixo a muito baixo IVS Infraestrutura Urbana. A região norte apresenta alguma evolução, mas ainda se mantém como a região de mais alta vulnerabilidade social nesse subíndice (ATLAS..., 2015).

O subíndice IVS referente ao capital humano envolve dois aspectos (ou ativos ou estruturas) que determinam as perspectivas (atuais e futuras) de inclusão social dos indivíduos: saúde e educação, como demonstra o Mapa 2 (ATLAS..., 2015).

Mapa 2 – IVS capital humano



Fonte: ATLAS..., 2015.

Podemos observar nos Mapas 1 e 2 o alto índice de Vulnerabilidade Social (IVS), tanto em aspectos de infraestrutura urbana quanto de capital humano na região de Montes Claros, sendo assim um contraste em relação a outras regiões de Minas Gerais.

## 6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa objetiva por meio de pesquisa qualitativa, descritiva e histórico-cultural inserir a problemática da questão das bibliotecas escolares públicas estaduais e a questão da internet no contexto de universalização de serviços para a cidadania.

Segundo Marconi e Lakatos (2011), o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual por meio de alterações de suas partes e componentes ao longo dos anos, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época. Este estudo parte do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado, sendo importante pesquisar suas raízes, para compreender sua natureza e função.

### 6.1 Tipo e universo de pesquisa

A pesquisa é de abordagem qualitativa do tipo descritiva e exploratória. Faz-se uso de pressupostos da pesquisa documental, tendo três etapas: (I) seleção dos documentos governamentais; (II) acesso aos documentos; e (III) análise e discussão.

De acordo com Köche (2012), a pesquisa descritiva não experimental ou *ex post facto* estuda as relações entre duas ou mais variáveis de um dado fenômeno sem manipulá-las. Nela não há a manipulação *a priori* das variáveis, mas sim a constatação de sua manifestação *a posteriori*.

Lüdke e André (1986, p. 38-39) afirmaram que a análise documental, embora pouco explorada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, pode ser uma técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. Finalmente, como técnica exploratória, a análise documental indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos. Além disso, ela pode complementar as informações obtidas por outras técnicas de coleta.

Para Severino (1996, p. 30), a “documentação enquanto prática do trabalho científico é a maneira mais adequada e sistemática de ‘tomar apontamentos’”. Para Cendón (2000), a *Web* por ser um conteúdo em sistema de hipertexto ou hipermissão disponibiliza

documentos e *links* que combinados com a interligação dos computadores na *internet* permitem que o pesquisador passe rapidamente de um documento para outro.

## 6.2 Coleta e análise dos dados

A análise documental de acervos das instituições estudadas foi em meio impresso e on-line. Por meio de análise do site do Inep/ Ideb, no campo ‘localize a escola’ (ver Figura 2), foram pesquisadas 50 escolas cadastradas no Censo Escolar (formulário *online*), tendo como pré-requisito a modalidade de ensino em anos iniciais e finais do ensino fundamental e localidade, neste caso, a cidade de Montes Claros. Será verificada de forma descritiva a relação entre os índices do Ideb com o programa de universalização de internet e Banda larga (Proinfo), em confronto com a universalização das bibliotecas. Serão buscados campos que norteiem a pesquisa qualitativa, tais quais: as respostas dadas pelos gestores nesse cadastro junto ao Inep.

Figura 2 – Site do INEP – Ideb localização escolar

O formulário 'Localize a escola' do INEP apresenta as seguintes opções de busca:

- Por Código:** Campo de texto para 'Código da Escola'.
- Por área de interesse:**
  - UF (Estado)
  - Municípios
  - Dependência Administrativa
  - Localização
  - Localização Diferenciada
- Nome da escola
- Botão 'Buscar' em destaque.

Fonte: INEP, 2018.

A Figura 2 representa o formulário *online* disponibilizado para que os pesquisadores façam as coletas de dados das escolas por área de interesse. Sendo estas por: código (para pesquisar por código da escola, exige-se que acrescente no início o código 310 (relativo à região de Montes Claros)), unidades da federação, municípios, dependência administrativa, localização e localização diferenciada, e também pelo nome da escola. Por meio desse formulário é possível fazer comparação com dados de outras escolas.

## 7 RESULTADOS DOS DADOS E DISCUSSÃO

Para atender aos critérios de identificação das escolas estaduais do município de Montes Claros (MG) dos anos iniciais e finais do ensino fundamental entrou-se em contato com a Diretoria de Informações Educacionais Cadastro Escolar da Superintendência Regional de Ensino (SER) Montes Claros e obteve-se uma lista com 250 códigos entre esses 50 eram da rede Estadual de educação.

Magalhães (2004, p. 24) afirma que “a noção de instituição corresponde a uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente atualização – totalidades em organização”. (...) “Propõe também um esquema figurativo das instituições escolares envolvendo três aspectos: a materialidade (o instituído), a representação (a institucionalização) e a apropriação (a instituição) ”.

Este estudo entendendo a proposição de Magalhães (2004) busca compreender o aspecto de representação das escolas que para ele é a institucionalização demonstrada nas respostas dos diretores referente ao formulário *online* do Censo Escolar. Foi utilizado o *site* do Inep, para coleta de informações sobre o Censo Escolar de 2017, buscando identificar as escolas estaduais do município de Montes Claros (MG) dos anos iniciais e finais do ensino fundamental ativas no ano citado, ver Anexo A.

O número de escolas na cidade de Montes Claros pode ser observado nas Tabelas 1 e 2:

Tabela 1 – Escolas do ensino fundamental em Montes Claros (MG)

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Escola pública municipal	49
Escola pública estadual	51
Escola pública federal	0
Escola privada	44
<b>Total</b>	<b>144</b>

Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

Tabela 2 – Escolas do ensino médio em Montes Claros (MG)

<b>Tipo</b>	<b>Quantidade</b>
Escola pública municipal	0
Escola pública estadual	41
Escola pública federal	1
Escola privada	11
<b>Total</b>	<b>53</b>

Fonte: Adaptado do IBGE, 2017.

As Tabelas 1 e 2 demonstram que a escola pública estadual possui um maior número de estabelecimentos na região, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Observa-se também que a rede municipal não oferece escolas destinadas ao ensino médio, deixando a cargo do governo Estadual, Federal e da iniciativa Privada a oferta de vagas para os alunos.

Embora a pesquisa se limite a discutir os resultados das escolas que atendem ao ensino fundamental, a Tabela 2 foi inserida para atestar o importante papel do Estado de Minas Gerais na educação em Montes Claros, ficando responsável por 51 escolas que atendem ao ensino fundamental e 41 que atendem ao ensino médio. Já o município atende a 49 escolas no ensino fundamental e nenhuma escola do ensino médio.

Visando verificar se as escolas que atendem ao ensino fundamental selecionadas disponibilizavam acesso à internet e à biblioteca foi analisada as respostas das mesmas no Censo Escolar do ano de 2017, espaço amostral. A Tabela 3 é resultado da pesquisa em 50 escolas entre 250 códigos de escolas obtidos pela Secretaria de Educação (SEE MG), apresentados também no campo Unidade da Federação (UF) e Municípios<sup>8</sup>, segue abaixo a Tabela 3

<sup>8</sup> Fonte: SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais Cadastro Escolar - 16 de agosto de 2018.

Tabela 3 – Campos escolhidos para pesquisa entre os espaços de aprendizagens e equipamentos – dados do Inep / Ideb

<b>Acesso</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Em branco</b>
<b>Biblioteca</b>	47	1	14
<b>Sala de Leitura</b>	3	45	14
<b>Laboratório de Informática</b>	37	11	14
<b>Internet</b>	48	0	14
<b>Banda larga</b>	43	5	14
<b>Computadores para uso dos alunos</b>	42	6	14
<b>TOTAL DE ESCOLAS*</b>	<b>48</b>	<b>48</b>	<b>14</b>

Fonte: SEEMG/SI/SIE/Diretoria de Informações Educacionais Cadastro Escolar, 2018.

Notas: \* Escolas cadastradas no ano de 2017.

Na amostra da Tabela 3, percebe-se que as escolas estaduais acreditam que possuem acesso à internet, à Banda larga e às bibliotecas. Das 50 escolas cadastradas foi observado que 48 escolas foram cadastradas e responderam ao Censo Escolar, constatando-se que apenas uma escola não possui biblioteca, e todas 48 afirmam possuir internet e cinco afirmam não possuir banda larga. Entretanto, não se pode afirmar pelo formulário online que os alunos tenham acesso aos equipamentos e em que situação se encontra os computadores disponibilizados e a biblioteca para o uso dos alunos, incluindo os quesitos diversidade de acervo, serviços oferecidos e qualificação do profissional responsável.

As pessoas que utilizam a Internet segundo grupos de idade de 10 a 13 anos é de cerca de 71,2%. Foi observado um crescimento no percentual de pessoas que acessaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, tanto em área urbana como em área rural de 2016 a 2017 à região Sudeste passou de 72,3% para 76,5%. A pesquisa do IBGE foi referente aos domicílios e não as escolas (IBGE, c2018).

No entanto, no Brasil a proporção de desconectados das 54.767 mil pessoas pesquisadas com 10 anos ou mais de idade que não utilizaram a internet em 2017 foi marcada por seis motivos: ou porque não sabiam usar (38,5%), ou por falta de interesse (36,7%) ou por considerar o serviço caro (13,7%), ou (4,9%) pelo serviço de acesso à Internet não está

disponível nos locais que costumam frequentar, ou por (4,5%) considerar o equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet caro, ou (1,6%) ter outro motivo (IBGE, c2018).

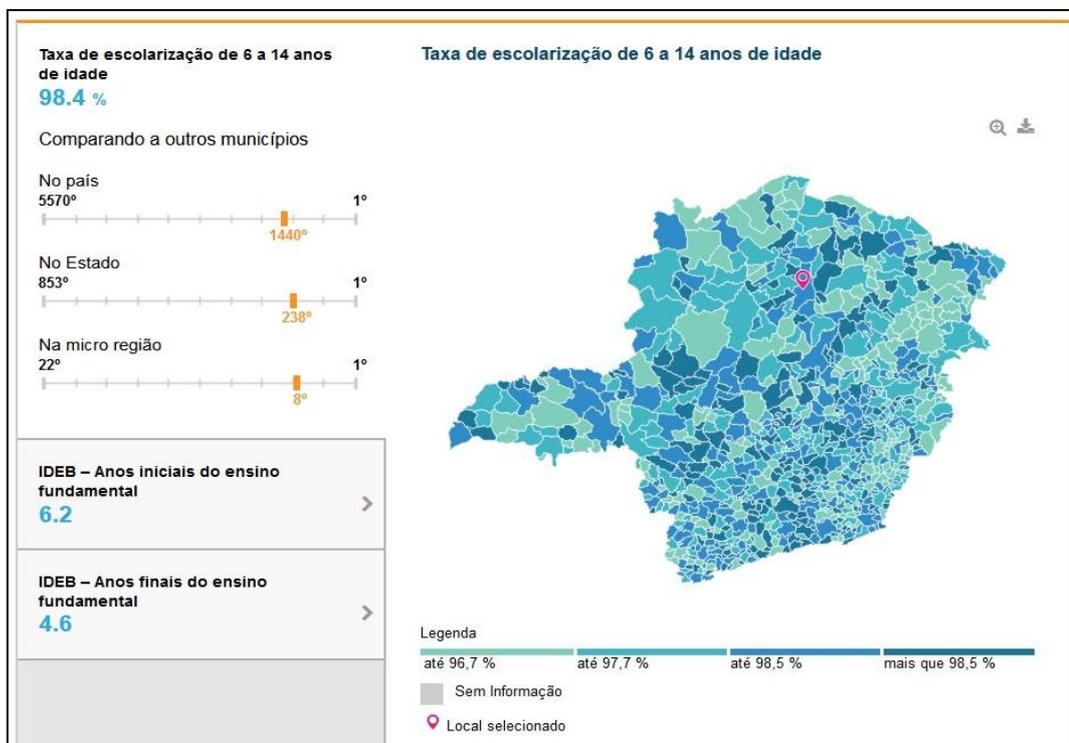
Na LDB estabelece como dever do Estado a educação escolar pública sendo efetivada mediante a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a pluralidade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 1996).

No Estado não existe o cargo para o profissional bibliotecário com formação de bacharel em Biblioteconomia que atue em escolas da rede Estadual. Paiva (2016), afirma que as atribuições do profissional bibliotecário ficam a cargo, muitas vezes, aos professores ou agentes escolares que não possuem formação superior ou técnica em Biblioteconomia para realizar a gestão da biblioteca escolar.

Além disso, na tese de Paiva (2016) que teve como amostragem escolas incluindo os sistemas municipal e estadual de ensino na região de Belo Horizonte, Betim e Contagem. Constatou-se que os “cargos e funções determinados pelos diferentes sistemas de ensino na prática lotam nas bibliotecas professores, entre esses também, os em desvio de função, reajustamento funcional ou com laudo médico que os impeça de estar em sala de aula”.

Ao correlacionar as notas do Ideb com os espaços de aprendizagem e equipamentos na microrregião de Montes Claros, podemos demonstrar conforme comparação feita pelo IBGE (2017), que o Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental foi de 6,2 e 4,6 foi a nota nos anos finais do ensino fundamental, posicionando entre a 22ª posição em relação às microrregiões e 5.570ª em relação as notas numa colocação (*ranking*) nacional. , ver Figura 3.

Figura 3 – Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade



Fonte: IBGE, 2017.

Entretanto, no Censo escolar (INEP, 2018) houve uma pequena diferença nos valores da média do Ideb 2017 (anos iniciais) que foi de 6,41 e a média do Ideb (anos finais) de 4,46.

Nas Figuras 4 e 5, pode-se observar a média dos resultados e metas no Ideb da Rede Estadual, dividido em dois quesitos: Ideb observado para cada grupo de séries e o Ideb das metas projetadas para a região.

Figura 4 – Ideb / Resultados e metas (4º série/ 5º ano) de Montes Claros/ MG

Município	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Montes Claros	4.8	4.8	6.0	6.0	6.3	6.6	6.7	4.9	5.2	5.6	5.8	6.1	6.3	6.5	6.8

Obs:

\* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

\*\* Sem média no SAEB 2017: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado. Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: INEP, 2018.

Notas: Rede Estadual.

A antiga 4º série, atual 5º ano, remete a amostra pesquisada dos anos iniciais do ensino fundamental em que foram observados que as meta projetada no ano de 2017 foi superada, e ainda demonstra que esses resultados veem desde 2009 (FIGURA 4).

Figura 5 – Ideb / Resultados e metas (8º série/ 9º ano) de Montes Claros/ MG

4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano						3ª série EM							
Município ↓	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2007 ↓	2009 ↓	2011 ↓	2013 ↓	2015 ↓	2017 ↓	2019 ↓	2021 ↓
Montes Claros	3.3	3.6	4.2	4.5	4.6	4.5	4.4	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6	4.8	5.1	5.4

Obs:

\* Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

\*\* Sem média no SAEB 2017: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Os resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Fonte: INEP, 2018.

Notas: Rede Estadual.

Na Figura 5, representa à antiga 8º série, atual 9º ano, remete a amostra pesquisada dos anos finais do ensino fundamental em que foram observados que a nota do Ideb no ano de 2017 foi de 4,4 inferior as metas projetadas a nível nacional que é 6,0, e também inferior à meta projetada pela região que era de 4,8.

As Tabelas 4 e 5 mostram a quantidade de matrículas nas escolas por entes da federação e rede privada do município de Montes Claros (MG).

Tabela 4 – Número de Matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Tempo Integral (Turmas Presenciais) e Parcial de Montes Claros/ MG no ano de 2017

Número de Matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Tempo Integral (Turmas Presenciais) e Parcial										
Tempo Integral e Parcial/Dependência Administrativa										
Total <sup>1-3</sup>	Tempo Integral <sup>4</sup>					Tempo Parcial <sup>5</sup>				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
27.762	672	-	602	70	-	27.090	-	10.402	11.178	5.510

Fonte: Adaptado de INEP – Censo da Educação Básica, 2017.

Notas:

1 - O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2 - Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - O total dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos de Ensino Regular e/ou Especial.

4 - Consideram-se, em tempo integral, os alunos que estão em turmas presenciais com 7 ou mais horas de duração e os que estão em turmas presenciais com carga horária menor, mas que somada com o tempo de Atividade Complementar atinja as 7 horas ou mais.

5 - Consideram-se, em tempo parcial, os alunos que não estão em turmas presenciais com 7 ou mais horas de duração e/ou os alunos de turmas à distância (EAD).

Tabela 5 – Número de Matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental - Ensino Regular e/ou Especial, por Etapa de Ensino e Dependência Administrativa do ano de 2017

Número de Matrículas nos Anos Finais do Ensino Fundamental										
Ano/Dependência Administrativa										
Total <sup>1-3</sup>	6º ano					7º ano				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
	5.266	-	2.748	1.679	839	5.507	-	2.925	1.681	901
	8º ano					9º ano				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
22.328	5.514	-	3.007	1.569	938	6.041	-	3.421	1.394	1.226

Fonte: INEP [Censo da Educação Básica], 2017.

Notas:

1- O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

2- Não inclui matrículas em turmas de Atendimento Complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE).

3 - O total dos Anos Finais do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de 9 anos de Ensino Regular e/ou Especial.

Analisando os números de matrícula das Tabelas 4 e 5 podemos afirmar que as diferentes fontes de informação IBGE e INEP constataam que o Estado tem um papel preponderante na educação nos anos iniciais e finais do ensino fundamental na região de Montes Claros, sendo responsável por 39% das matrículas nos anos iniciais e acima de 50% nos anos finais do ensino fundamental. Ademais, constatou-se que em se tratando de ensino de tempo integral dos anos iniciais do ensino fundamental o Estado é responsável por 89,6% das vagas disponibilizadas.

Resta-nos compreender o que acontece no percurso dos anos iniciais e finais de estudo que provoca uma queda na nota de avaliação do Ideb. Nos anos iniciais a nota do aluno é satisfatória atende aos parâmetros estabelecidos, no entanto, nos anos finais a nota cai. Como explicar a baixa nota se o aluno está a mais tempo na escola? A escola possui os equipamentos necessários para o desenvolvimento e capacitação de seus alunos? Como se dá o acesso aos equipamentos, tais quais: uso de internet e biblioteca?

As respostas às essas questões podem ser explicadas pelo próprio INEP ([2017]) Ideb foi desenvolvido para sintetizar as informações de desempenho em exames padronizados com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa

de ensino). Diante disso, o resultado do produto entre o desempenho e do rendimento escolar (ou o inverso do tempo médio de conclusão de uma série) podem ser interpretado da seguinte maneira: para uma escola A cuja média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, é 5,0 e o tempo médio de conclusão de cada série é de 2 anos, a rede/ escola terá o Ideb igual a 5,0 multiplicado por 1/2. Já uma escola B com média padronizada da Prova Brasil, 4ª série, igual a 5,0 e tempo médio para conclusão igual a 1 ano, A e B terão o Ideb a seguir:

Sendo que,

A\*

$$5,0 * 0,5 = 2,5$$

B\*

$$5,0 * 1 = 5,0$$

Notas: \*Escola

As questões referentes aos espaços de aprendizagem e equipamentos deveriam ser respondidas por responsáveis das escolas usando as alternativas sim (constatando sua existência) ou não (constatando a sua ausência), foi observado que o formulário *online* não consegue aprofundar nessas questões e pode mascarar uma subutilização dos mesmos e apenas evidenciar sua presença ou ausência no espaço escolar. Medidas tal como a Portaria Nº 503, de 11 de junho de 2018 que visa regulamentar as atividades da Verificação in loco do Censo Escolar poderão diagnosticar situações de falta de adequação ou subutilização dos espaços de aprendizagem e equipamentos (BRASIL, 2018).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa científica é feita por dados, informação e um processo de tradução que pode levar a processos de conhecimento. Morin (2000) afirma que existe diálogo entre as ciências e os dados hipotéticos, outros dados que parecem mais prováveis e os incertos. E que nos processos físicos ou não podem desencadear variações que nos levariam a desordem caótica ou para a criação de uma nova organização.

Demonstrou-se que o ProInfo foi destinado aos professores e aos estudantes da rede pública de ensino com objetivo de promoção do uso da tecnologia como instrumento de melhoria pedagógica no ensino público fundamental e médio e esse dispôs sobre o apoio técnico e financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas”. Embora na análise, comprovou-se que das metas realizadas, de forma mais efetiva, foram realizados mais treinamentos e capacitação de gestores e professores do que aquisição de equipamentos e melhoria de infraestrutura.

Autores como Moran (2013) e Medeiros (2001) compartilham a ideia que se precisa, para além, de tecnologias uma cultura voltada para a compreensão de como usar a informação e tomar decisões para a formação do conhecimento. Da Silva, Silva e Freire (2018) constataram que a internet e seus aplicativos não estavam sendo usados de forma satisfatória para atender as reais necessidades de seus usuários nos serviços de referência da biblioteca escolar.

Kuhlthau (2010) percebe a biblioteca como diferente da internet, mesmo as duas sendo sistemas de informação. De modo que, a coleção da biblioteca escolar é formada por material escolhido especialmente em função das necessidades didáticas e dos níveis de formação dos alunos. Enquanto o volume de resultados recuperados numa busca nos mostra que a quantidade de conteúdos postados na internet aumenta em escala exponencial.

A pesquisa de cunho qualitativa, descritiva e histórico-cultural buscou inserir a problemática da questão das bibliotecas escolares públicas estaduais e a questão da internet no contexto de universalização de acesso a esses equipamentos importantes no processo da cultura do conhecimento. No entanto foi necessário utilizar de procedimentos da pesquisa quantitativa para a coleta de dados válidos e tabulação no Excel 2010.

Dispondo dos 50 códigos das escolas da rede Estadual de educação de Montes Claros, verificou-se que as escolas analisadas disponibilizavam acesso à internet e à biblioteca. Os dados demonstraram que 48 escolas foram cadastradas e responderam as

questões. Analisando o impacto do acesso à internet e também, da universalização do acesso às bibliotecas escolares e sua relação com o desempenho no Ideb das escolas da rede pública estadual do município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais; conclui que tiveram um rendimento igual nos anos iniciais do ensino fundamental e inferior nos anos finais do ensino fundamental ao que foi projetado de 6,0 para o Brasil até 2022.

Acredita-se que a Portaria 503/2018 para fins de verificação in loco do Censo Escolar tendo uma visita técnica uma vez por ano, com preferência após a coleta e antes do período oficial de retificações da primeira etapa do levantamento, poderá demonstrar uma série de inconformidades nas respostas, de modo que sirva para correção, pelas escolas.

Portanto, podemos concordar com a afirmação do INEP ([2017]) em sua Nota Técnica que indicadores educacionais como o Ideb são importantes fontes de informação por permitirem o monitoramento do sistema de ensino do País. O diagnóstico obtido por ele pode gerar um direcionamento de ações políticas voltadas para a melhoria do sistema educacional. Visto que, consegue detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance em termos de rendimento e proficiência; e consegue monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino.

Recomenda-se o estudo de grupo focal em duas ou mais escolas com vistas a conhecer como se dá o acesso dos alunos às bibliotecas escolares e à internet. E paralelamente, confrontar com os dados obtidos no Censo Escolar do INEP e informações regionais, a fim de retratar as divergências dos municípios de Minas Gerais. Essas informações poderão ser obtidas em sites tais quais: do IBGE, das prefeituras, do Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros e do Observatório do Trabalho [do Norte de Minas], no caso de Montes Claros e microrregião.

## 9 REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf Brasil 2018**: resultados preliminares. [São Paulo]: Ação educativa, 2018.
- ALFONSO-GOLDFARB, A. M. **O que é história da ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção primeiros passos; 286).
- ARANHA, M. L. A. Antiguidade oriental: a educação tradicionalista. *In*: ARANHA, M. L. A. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6023/ 2018. **Informação e documentação**: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, c2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10520/ 2012. **Informação e documentação**: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, c2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 15287/ 2011. **Informação e documentação**: projeto de pesquisa. Rio de Janeiro: ABNT, c2011.
- ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil: base de dados. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- ATLAS da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília: IPEA, 2015.
- BÁEZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque. Tradução de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BARBIER, F. **História do livro**. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BERGER, P. L. A. A perspectiva sociológica: o homem na sociedade. *In*: BERGER, P. L. A. **Perspectivas sociológicas**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 78-105.
- BIELSCHOWSKY, C. E. Tecnologia da informação e comunicação das escolas públicas brasileiras: o programa Proinfo Integrado. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 5, n. 1, dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3256>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BOURDIEU, P. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. *In*: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 106-132.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbosa Catini. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées'. *Actes de La recherche em sciences sociales*, ano 5, n. 145, p. 3-8, 2002.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Coleção estudos, 20).

BRASIL. **Constituição** (1988). Emenda constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017. Dá nova redação ao art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir novo regime especial de pagamento de precatórios, e os arts. 102, 103 e 105 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: [http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_14.12.2017/CON1988.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/CON1988.asp). Acesso em: 6 ago. 2018.

BRASIL. [Parâmetros (1997)]. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL [Lei (2007)]. **Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB. Brasília: Diário Oficial da União, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm). Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. [Lei (2010)]. **Lei nº. 12.244, de 24 de maio de 2010**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm). Acesso em: 27 jul. 2016.

BRASIL. [Censo (2017)]. **Censo escolar da educação básica 2017**: caderno de instruções. Brasília: Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2017. [Educacenso].

BRASIL. [Livro (2002)]. **Livro Branco**: ciência, tecnologia e inovação. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

BRASIL. [Estratégia (2018)]. **Estratégia brasileira para a transformação digital**: E-Digital. Brasília: MCTIC, 2018. Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/estrategiadigital.pdf>. Acesso: 23 ago. 2018.

BRASIL. [Lei (1996)]. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394compilado.htm). Acesso em: 20 set. 2018.

BRIQUET DE LEMOS, A. A. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. T (Org.). **Introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 101-119.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of American Society for Information Science**, n. 42, v. 5, p. 351-360, 1991.

CAMPELLO, B. S. *et al.* Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração1. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 105-120, maio/ago. 2011.

CARVALHO, R. B. Instituições, bibliotecas e metodologias educativas: espaços e discursos de poder. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA, 6.; ENCONTRO DE ESTUDANTES DE HISTÓRIA: Conservadorismos e expressões de poder pela violência: esferas (extra) institucionais e privadas, 10., 2017, Montes Claros. **Anais [...]**. Montes Claros, UNIMONTES, 2017.

CASTELLS, M. Paraísos comunais: identidades e significados na sociedade em rede. *In*: CASTELLS, M.. **O poder da identidade**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: 2000. p. 21-28.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultura ; 1)

CENDÓN, B. V. A internet. *In*: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CIEB. **Políticas de tecnologia na educação brasileira: histórico, lições aprendidas e recomendações**. Nov. 2016. Disponível em: <http://www.cieb.net.br/wp-content/uploads/2016/12/CIEB-Estudios-4-Politicad-de-Tecnologia-na-Educacao-Brasileira.pdf>. Acesso em: 20 set. 2018.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. Tradução de Bernadette Siqueira Abrão. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998. 316p.

DRABENSTOTT, K. M.; BURMAN, C. M. Revisão analítica da biblioteca do futuro. *Ci. Inf.* [online], v. 26, n. 2, 1997. Disponível em; <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651997000200012>. Acesso em: 4 abr. 2017.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 14. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FONSECA, E. N. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília: Brique de Lemos, 2007.

FRANÇA, J. L. *et. al.* **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 9. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

GAMBOA, S. S. **Epistemologia da pesquisa em educação**. Campinas, SP: Praxis, 1998. p. 108.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas - RAE**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

HALL, S. Quem precisa de identidade? *In*: HALL, S. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva Guacira Lopes Louro, Glacira Lopes Loro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS. Microrregião de Montes Claros. *In: Dados do IMRS*. 2011. Disponível em: <http://imrs.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 5 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. **Normas de apresentação tabular**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Montes Claros. *In: Cidades @*. 2017. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314330&search=minas-gerais|montes-claros>. Acesso em: 2 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Acesso a Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017**. c2018. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Educação. *In: Brasil em síntese*. c2019. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. [Online]. Brasília: INPE, 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 20 ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Ideb**: resultados e metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 20 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Nota Técnica**: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb. [2017]. Disponível em: <http://twixar.me/HzM3>. Acesso em: 20 nov. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Portaria N° 503, de 11 de junho de 2018**. Brasília: Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/verificacao-autenticidade>. Acesso em: 20 set. 2018.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS – IFLA. **About IFLA**. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/about>. Acesso em: 18 abr. 2017.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun. 2004.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

KUHLTHAU, Carol. **Como orientar a pesquisa escolar**: estratégias para o processo de aprendizagem. Traduzido e adaptado por Bernadete Santos Campello (Coord.) *et. al.* Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1989.

LANZI, L. A. C. **Apropriação das tecnologias de informação e comunicação em bibliotecas escolares**: em busca de um espaço dinâmico. 2012. 158 f. Dissertação (Mestrado em Informação, Tecnologia e Conhecimento) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, São Paulo, 2012.

LEITÃO, B. J. M. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária**: grupos de foco. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

LISBOA, A. **Octacilíada**: uma odisseia do Norte de Minas. Belo Horizonte: Canãa, 1992. p.31.

LIVRO VERDE (RELATÓRIO GOVERNAMENTAL). *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2013. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Livro\\_verde\\_\(relat%C3%B3rio\\_governamental\)&oldid=35168454](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Livro_verde_(relat%C3%B3rio_governamental)&oldid=35168454). Acesso em: 30 ago. 2018.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. (Temas básicos de educação e ensino.).

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARCHIORI, P. Z. “Ciberteca” ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ci. Inf.** [online], v. 26, n. 2, [p. 1-10], 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v26n2/v26n2-1.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MCMURTRIE, D. **O livro**: produção e fabrico. Tradução de Maria Luísa Saavedra Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

MEDEIROS, J. W. de M. Entre a sociedade da informação e a inteligência coletiva: educação e (in)formação para a ação emancipatória. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 11, n.2, p. 97-121, 2001. BDOI: 2001-0000131-00007.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação de Minas Gerais – SEE. **“Escola Referência” resgata tradição de ensino público mineira**. 2003. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/leis/story/991-escolas-referencia-resgata-tradicao-de-ensino-publico-mineira> . Acesso em: 4 jul. 2017.

MINAS GERAIS. **Meso e Microrregiões do IBGE**. Site Minas On-Line. 2010. Disponível em:  
[https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas\\_10\\_2\\_04\\_listameso\\_micro.pdf](https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listameso_micro.pdf). Acesso em: 24 ago. 2016.

MINAS GERAIS. Secretária de Estado de Educação de Minas Gerais. **Caderno de boas práticas dos professores para ensino do uso da biblioteca das escolas estaduais de Minas Gerais**. s. l.: s. n., 2010. (Alfabetização no tempo certo).

MIRANDA, A. C. D. *et. al.* Tecnologias de informação e comunicação e o oferecimento de serviços nas bibliotecas universitárias de instituições federais de ensino superior. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14., 2006, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2006 apud CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. O modelo Europeu do Centro de recursos para el Aprendizaje y la Investigación (CRAI) e as Bibliotecas: convergências e divergências. 2008. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOLLIER, Jean-Yves. A história do livro e da edição: um observatório privilegiado do mundo mental dos homens do século XVIII ao século XX. Tradução de Clara Furtado Lins. **Varia hist.** [online], v. 25, n. 42, p. 521-537, 2009. Disponível em: <  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752009000200008> >. Acesso em: 15 jul. 2016.

MONTES CLAROS (MG). Prefeitura. 2013. Disponível em:  
<http://www.montesclaros.mg.gov.br>. Acesso em: jul. 2013. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Conheça cidades e estados do Brasil*. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2018.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com apoio de tecnologias. *In*: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediações pedagógicas**. 21. ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2013. (Coleção Papirus Educação). p. 11-72.

MORIN, E.; SILVA, C.; SAWAYA, J.; CARVALHO, E. A. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. Brasília: Unesco, 2000.

NERY, A. *et. al.* **Biblioteca escolar**: estrutura e funcionamento. Disponível em:  
<https://books.google.com.br/books?id=611IKdfyvHwC&printsec=frontcover&dq=biblioteca&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiO1qO55sfdAhWDS5AKHSn3BmYQ6AEIMjAC#v=onepage&q=biblioteca&f=false>. Acesso em: 4 jul. 2018.

NEVES, B. C.; AGUIAR, N. C. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 27, n. 3, p. 73-86, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/1961>. Acesso em: 20 set. 2018.

OLIVEIRA, M. F. M. de *et. al.* **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Estratégia da UNESCO no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/strategy-in-brazil/>. Acesso em: 7 maio 2017.

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO NORTE DE MINAS – OTNM. **Banco de dados do Observatório do Trabalho do Norte de Minas**. Microrregião de Montes Claros. [2011?]. Disponível em: <https://observatoriodotrabalhonortedeminas.wordpress.com/montes-claros/>. Acesso em: 6 jun. 2017.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Contribuição da biblioteca escolar no “efeito escola” relacionado à prova Brasil – leitura: estudo em Belo Horizonte, Contagem e Betim**. 2016. 264 f. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

PESSOA, Fernando. **Poesias de Alvaro de Campos**. Lisboa: Ática, 1951. 325p. (Coleção poesia).

PINTO, T. L.; BRANDÃO, G. I. A biblioteca escolar em consonância com a agenda 2030: biblioteca SENAI Niterói e o empoderamento das mulheres e meninas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. esp. CBBDD 2017, p. 437-451.

PLATÃO. Livro X. *In*: PLATÃO. **A república**. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PLATAFORMA PROLIVRO. **Conheça o Plano Nacional do Livro e da Leitura: PNLL**. 2017. Disponível em: [http://plataforma.prolivro.org.br/biblioteca\\_plat/conheca-o-plano-264-nacional-do-livro-e-da-leitura-pnll/](http://plataforma.prolivro.org.br/biblioteca_plat/conheca-o-plano-264-nacional-do-livro-e-da-leitura-pnll/). Acesso em: 27 jun. 2018.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Bath**. São Paulo: Unesp, 1998. p. 46.

RANGEL, E. O. Apresentação: leitura e produção de textos técnicos e acadêmicos. *In*: MACHADO, A. R. (Coord.); LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Planejar gêneros acadêmicos: escrita científica, texto acadêmico, diário de pesquisa e metodologia**. São Paulo: Parábola, 2005.

ROCHA, R.; ROTH, O. **A história do livro**. São Paulo: Melhoramentos, c2002. (O homem e a comunicação).

SEVERINO. A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, R. L.; BIASUZ, M. C.; MORIGI, V. J. Tecnologias criativas em bibliotecas: concepções transversais. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 26, n. 2, p. 51-60, maio / ago., 2016.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul. / dez., 2011.

SOUSA, Beatriz Alves de; LIMA, Izabel de França. Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) nos serviços de referência das bibliotecas dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIA*, 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, 2008.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, c1999. p. 165.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES JEQUITINHONHA E MUCURI. **Manual de normalização**: monografias, dissertações e teses. 2. ed. Diamantina: UFVJM, 2016.

ZANINELLI, T. B.; SANTOS NETO, J. A. dos. Bibliotecas com makerspaces: tendência ou necessidade de inovação? *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 27. 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza, 2017.

**Anexo A – Estabelecimentos de ensino Estaduais ativos segundo dependência administrativa (SRE) datado de 16 de agosto de 2018**

<b>CÓDIGO DO MUNICÍPIO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CÓDIGO DA ESCOLA<sup>9</sup></b>	<b>NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO</b>	<b>DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>BAIRRO</b>	<b>CEP</b>
4330	MONTE CLAROS	81582	CESEC DE MONTE CLAROS	ESTADUAL	R BENJAMIM DOS ANJOS	259	MELO	39401064
4330	MONTE CLAROS	81426	COLÉGIO TIRADENTES PMMG	ESTADUAL	AV DOS MILITARES	1991	N SRA DE FÁTIMA	39400410
4330	MONTE CLAROS	81680	CONSERVATÓRIO ESTADUAL MÚSICA LORENZO FERNANDEZ	ESTADUAL	AV JOÃO CHAVES	438	JD SÃO LUIZ	39401048
4330	MONTE CLAROS	81329	EE AMÉRICO MARTINS	I	R SETE A	363	JARAGUÁ I	39404182
4330	MONTE CLAROS	81761	EE ANTÔNIO CANELA	ESTADUAL	AV N SRA DE FÁTIMA	2239	SÃO GERALDO	39403238
4330	MONTE CLAROS	81361	EE ANTÔNIO FIGUEIRA	ESTADUAL	PÇA MANOEL JOSÉ	840	SÃO JOSÉ	39400341
4330	MONTE CLAROS	81400	EE ARMÊNIO VELOSO	ESTADUAL	R WOLFRÂNIO	192	LOURDES	39401479
4330	MONTE CLAROS	81418	EE AUGUSTA VALLE	ESTADUAL	R ZITA REGO GONÇALVES	285	INTERLAGOS	39401557
4330	MONTE CLAROS	81299	EE BEATO JOSÉ DE ANCHIETA	ESTADUAL	RUA O	90	CONJ CRISTO REI	39402393
4330	MONTE CLAROS	81663	EE BELVINDA RIBEIRO	ESTADUAL	R SÃO TARCÍSIO	265	SANTOS REIS	39401163
4330	MONTE CLAROS	81311	EE BENJAMIN VERSIANI DOS ANJOS	ESTADUAL	AV BIO LOPES	733	ALICE MAIA	39400220
4330	MONTE CLAROS	81523	EE CARLOS VERSIANI	ESTADUAL	R MAL DEODORO	32	CENTRO	39400016
4330	MONTE CLAROS	81566	EE CLÓVIS SALGADO	ESTADUAL	AV CULA MANGABEIRA	0	STO EXPEDITO	39401001
4330	MONTE CLAROS	81604	EE CORONEL FILOMENO RIBEIRO	ESTADUAL	PÇA DOM LUIZ VICTOR SARTORI	463	ALTO SÃO JOÃO	39400317

<sup>9</sup> Código da região 310 + Código da escola XX = 310XX

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	CÓDIGO DA ESCOLA	NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
4330	MONTES CLAROS	81817	EE DE APARECIDA DO MUNDO NOVO	ESTADUAL	PÇA DA MATRIZ	0		39401000
4330	MONTES CLAROS	369861	EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO	ESTADUAL	ASSENTAMENTO ESTRELA DO NORTE			39404000
4330	MONTES CLAROS	326682	EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	ESTADUAL	RUA AGENTE DENNIEL SILVA MARINHO	199	CIDADE INDUSTRIAL	39400000
4330	MONTES CLAROS	339571	EE DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO	ESTADUAL	AVENIDA ANTÔNIO DE FREITAS		JARAGUÁ II	39400000
4330	MONTES CLAROS	346128	EE DE ENSINO MÉDIO	ESTADUAL	ROD BR135 KM21	0	PENTAUREA	39400000
4330	MONTES CLAROS	353833	EE DE ENSINO MÉDIO	ESTADUAL	PÇA VIRGÍNIA SOARES	0		39416000
4330	MONTES CLAROS	353841	EE DE ENSINO MÉDIO	ESTADUAL	PÇA BOM JESUS (1)	0		39410000
4330	MONTES CLAROS	369853	EE DE ENSINO MÉDIO	ESTADUAL	RUA QUARENTA E CINCO	384	DISTRITO INDUSTRIAL	39404457
4330	MONTES CLAROS	81850	EE DE SANTA ROSA DE LIMA	ESTADUAL	PÇA BOM JESUS (1)	0	CENTRO	39412000
4330	MONTES CLAROS	81876	EE DE SÃO PEDRO DA GARÇA	ESTADUAL	AV SÃO SEBASTIÃO	0	CENTRO	39411000
4330	MONTES CLAROS	81485	EE DELFINO MAGALHÃES	ESTADUAL	RUA NECO DELFINO	627	DELFINO MAGALHÃES	39402181
4330	MONTES CLAROS	81744	EE DEPUTADO ESTEVES RODRIGUES	ESTADUAL	AV JOÃO XXIII	2897	VILA ÁUREA	39401262
4330	MONTES CLAROS	81451	EE DO BAIRRO SANTA TEREZINHA	ESTADUAL	R PROJETADA	121	VILA EXPOSIÇÃO	39400973
4330	MONTES CLAROS	81515	EE DOM ARISTIDES PORTO	ESTADUAL	R CAP ENEAS	170	MORRINHOS	39400423
4330	MONTES CLAROS	81531	EE DOM JOÃO ANTÔNIO PIMENTA	ESTADUAL	RUA VIÚVA FRANCISCO RIBEIRO	180	CENTRO	39400114

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	CÓDIGO DA ESCOLA	NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
4330	MONTES CLAROS	81833	EE DOMINGOS BARBOSA BRAER	ESTADUAL	R CAP EUGÊNIO	0		39415000
4330	MONTES CLAROS	81558	EE DONA QUITA PEREIRA	ESTADUAL	RUA DOM PIMENTA	72	EDGAR PEREIRA	39400188
4330	MONTES CLAROS	81370	EE DOUTOR ANTÔNIO AUGUSTO VELOSO	ESTADUAL	R FRANCISCO VERSIANI ATHAÍDE	862	CÂNDIDA CÂMARA	39401039
4330	MONTES CLAROS	81396	EE DOUTOR CARLOS ALBUQUERQUE	ESTADUAL	R DO FLAMENGO	351	MARACANÃ	39403069
4330	MONTES CLAROS	81337	EE DOUTOR JOÃO ALVES	ESTADUAL	AL STA LÚCIA	320	STA LÚCIA	39402090
4330	MONTES CLAROS	81591	EE ELOY PEREIRA	ESTADUAL	AV DR JOÃO LUIZ DE ALMEIDA	60	VILA GUILHERMINA	39400466
4330	MONTES CLAROS	81612	EE FELÍCIO PEREIRA DE ARAÚJO	ESTADUAL	R BANDEIRANTES	475	SUMARE	39402320
4330	MONTES CLAROS	81493	EE FRANCISCO LOPES DA SILVA	ESTADUAL	R SÃO MATEUS	1500	TODOS OS SANTOS	39400139
4330	MONTES CLAROS	81639	EE FRANCISCO PERES	ESTADUAL	R CEARENSE	47	SÃO GERALDO II	39400000
4330	MONTES CLAROS	81655	EE FRANCISCO SÁ	ESTADUAL	R MOREIRA CÉSAR	100	CENTRO	39400508
4330	MONTES CLAROS	81671	EE GONÇALVES CHAVES	ESTADUAL	PÇA DR JOÃO ALVES	14	CENTRO	39400507
4330	MONTES CLAROS	346110	EE GUTEMBERG TEODORO PENHA	ESTADUAL	AV PERIMETRAL	2300	VILLAGE DO LAGO II	39400000
4330	MONTES CLAROS	81698	EE IRMÃ BEATA	ESTADUAL	R DORITA VERSIANI	100	JD BRASIL	39401545
4330	MONTES CLAROS	81736	EE JOÃO DE FREITAS NETO	ESTADUAL	AV CEL LOPINHO	132	MORADA DO PARQUE	39401355
4330	MONTES CLAROS	205664	EE LEVI DURÃES PERES	ESTADUAL	AV CEL LUIZ MAIA	1355	STA LÚCIA	39401486

CÓDIGO DO MUNICÍPIO	MUNICÍPIO	CÓDIGO DA ESCOLA	NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
4330	MONTES CLAROS	81434	EE MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES AVELAR	ESTADUAL	R ANTÔNIO MORENO	285	STA EUGÊNIA	39401271
4330	MONTES CLAROS	81752	EE MONSENHOR GUSTAVO	ESTADUAL	R MONTE SINAI	595	STO INÁCIO	39402489
4330	MONTES CLAROS	81779	EE NEREIDE CARVALHO	ESTADUAL	R ROSALVO CARVALHO	15	JOÃO BOTELHO	39402315
4330	MONTES CLAROS	81795	EE PROFESSOR ALCIDES DE CARVALHO	ESTADUAL	AV JUAREZ NUNES	0	JD SÃO LUIZ	39401057
4330	MONTES CLAROS	81507	EE PROFESSOR HAMILTON LOPES	ESTADUAL	RUA QUITA PEREIRA	331	EDGAR PEREIRA	39400185
4330	MONTES CLAROS	81264	EE PROFESSOR PLÍNIO RIBEIRO	ESTADUAL	AV MESTRA FININHA	1225	JD SÃO LUIZ	39403222
4330	MONTES CLAROS	81256	EE PROFESSORA CRISTINA GUIMARÃES	ESTADUAL	AV TITO VERSIANE DOS ANJOS	890	AUGUSTA MOTA	39403217
4330	MONTES CLAROS	81540	EE PROFESSORA DILMA QUADROS	ESTADUAL	RUA DIVINO ESPÍRITO SANTO	290	PLANALTO	39404347
4330	MONTES CLAROS	81809	EE PROFESSORA DULCE SARMENTO	ESTADUAL	AV CULA MANGABEIRA	1008	STO EXPEDITO	39401001
4330	MONTES CLAROS	346101	EE PROFESSORA ELIZABETE PEREIRA SOARES	ESTADUAL	AL DAS AMÉRICAS	580	INDEPENDÊNCIA	39404303
4330	MONTES CLAROS	81469	EE PROFESSORA HELENA PRATES	ESTADUAL	R REPÚBLICA DO URUGUAI	66	CONJ RES JK	39404021
4330	MONTES CLAROS	81841	EE PROFESSORA MARILDA DE OLIVEIRA	ESTADUAL	RUA PROFESSORA TEREZINHA DE JESUS OLIVEIRA	0		39414000
4330	MONTES CLAROS	81272	EE SALVADOR FILPI	ESTADUAL	R JOSÉ MARIA SILVA	211	VILA SION	39402443
4330	MONTES CLAROS	81345	EE SECUNDINO TAVARES	ESTADUAL	AV OLDEMAR SANTOS	160	JD PANORAMA II	39401114

<b>CÓDIGO DO MUNICÍPIO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>CÓDIGO DA ESCOLA</b>	<b>NOME DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO</b>	<b>DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA</b>	<b>ENDEREÇO</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>BAIRRO</b>	<b>CEP</b>
4330	MONTE CLAROS	81388	EE SIMEÃO RIBEIRO DOS SANTOS	ESTADUAL	R MONTE PLANO	699	STA RITA I	39400392
4330	MONTE CLAROS	81302	EE VEREADOR FRANCISCO TOFANI	ESTADUAL	R PARANÁ	132	ROXO VERDE	39400384
4330	MONTE CLAROS	81477	EE ZINHA PRATES	ESTADUAL	R URBINO VIANA	566	VILA GUILHERMINA	39400087
4330	MONTE CLAROS	261891	ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DA UNIMONTES	ESTADUAL	R CEL CELESTINO	65	CENTRO	39400014